

Relatório e Contas

2017



I.	Introdução	5
1.	Órgãos Sociais	5
	Assembleia Geral	5
	Conselho de Administração	5
	Conselho Fiscal	5
	Revisor Oficial de Contas	5
II.	Enquadramento Macroeconómico	7
1.	Conjuntura Internacional e Nacional	7
III.	Mercado Segurador	18
IV.	Atividade da Popular Seguros em 2017	21
1.	Principais Indicadores	21
2.	Prémios e Apólices	22
3.	Comissões	23
4.	Custos com Sinistros	23
5.	Provisões Técnicas	24
6.	Saldo Técnico Líquido de Resseguro	25
7.	Investimentos	26
8.	Custos Operacionais	26
9.	Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência	26
10.	Gestão de Riscos e Controlo Interno	27
11.	Principais Projetos e Iniciativas em 2017	28
V.	Proposta de Aplicação de Resultados	30
VI.	Perspetivas Futuras	32
VII.	Considerações Finais	34
VIII.	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	36

Índice

Demonstrações Financeiras 2017	38
Conta de Ganhos e Perdas em 2017	38
Demonstração de Rendimento Integral	40
Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017	41
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2017	43
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2016	44
Demonstração de Fluxos de Caixa	45
Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2017	47
Outros Anexos	123
Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	123
Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)	125
Anexo 3 – Discriminação dos Custos com Sinistros	126
Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por Ramos	127
Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	129
Certificação Legal de Contas	129
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	134

Relatório
do
Conselho de Administração
2017

I. Introdução

Nos termos da Lei, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. referentes ao exercício de 2017.

1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Augusto Fernando Correia Aguiar – Branco

Secretário

Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

Conselho de Administração

Presidente

Luís Eduardo da Silva Barbosa

Vogais

José Luis Castro Cortizo

Pedro Miguel da Gama Cunha

(*) Carlos Manuel Sobral Cid da Costa Álvares

Susana de Medrano Boix

Tomás Pereira Pena

(*) Os membros renunciaram às respetivas funções, pela mesma ordem, com efeitos a 15.11.2017, 27.11.2017 e 28.02.2017.

Conselho Fiscal

Presidente

António Manuel Mendes Barreira

Vogais

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Vítor Manuel Ferreira Lúcio da Silva

Revisor Oficial de Contas

PriceWaterhouseCoopers – SROC, LDA.

Representada por Fernando Manuel Miguel Henriques

ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO

II. Enquadramento Macroeconómico

1. Conjuntura Internacional e Nacional

Internacional

A economia mundial acelerou, em 2017, para o ritmo de crescimento mais forte desde o início da crise económica e financeira, em 2008, assim prolongando a recuperação cíclica iniciada em meados de 2016.

Este maior dinamismo foi o resultado de um crescimento conjunto das economias desenvolvidas, que prolongam o ciclo favorável dos últimos anos, e das economias emergentes, com a correção em curso de desequilíbrios vários que tinham penalizado a atividade nos anos mais recentes.

Crescimento Económico Mundial

	2015	2016	2017
Mundo	3.4	3.2	3.7
Países Avançados	2.2	1.7	2.3
EUA	2.9	1.5	2.3
UEM	2.0	1.8	2.4
Reino Unido	2.2	1.9	1.7
Japão	1.1	0.9	1.8
Países em Desenvolvimento	4.3	4.4	4.7
África	3.4	1.4	2.7
Ásia	6.8	6.4	6.5
China	6.9	6.7	6.8
Europa de Leste	4.7	3.2	5.2
Médio Oriente	2.7	4.9	2.5
América Latina	0.1	-0.7	1.3
Brasil	-3.8	-3.5	1.1

Fonte: FMI (janeiro de 2018)

A recuperação cíclica da economia mundial esteve bem patente na dinâmica do comércio internacional, que alimentou uma aceleração do investimento, em especial nas economias desenvolvidas, e no aumento da produção da indústria transformadora. A taxa de desemprego desceu, na generalidade das economias, contribuindo para a melhoria da confiança dos consumidores e alimentando uma recuperação da despesa de consumo.

Para esta recuperação contribuíram igualmente as condições financeiras favoráveis, com baixos níveis de taxas de juro, assim como baixos níveis de volatilidade, apesar de os bancos centrais das economias desenvolvidas estarem a iniciar o processo de remoção dos estímulos e políticas não-convencionais implementados na última década. Esta reversão de políticas foi sempre acompanhada de uma estratégia de comunicação aos mercados visando mitigar os impactos adversos e perturbações que pudessem comprometer a confiança e a recuperação económica.

Nos EUA, a economia evoluiu positivamente, acelerando face a 2016. O crescimento de 2,3% estimado para 2017 está alinhado com o crescimento potencial e marca o oitavo ano de expansão consecutivo, num ciclo económico particularmente longo.

Este crescimento foi particularmente explicado pela melhor dinâmica de investimento, que teve um contributo positivo, ao nível do investimento fixo, e um menor contributo negativo do lado da variação de existências. O contributo do consumo privado para o crescimento permaneceu basicamente inalterado, sendo que a taxa de desemprego desceu ligeiramente, para 4,4% em média anual (-50p.b. face a 2016).

No final de 2017, o Senado e a Câmara dos Representantes chegaram a acordo para uma reforma fiscal, com uma descida generalizada dos impostos, em especial para as empresas, que pode produzir um importante estímulo para a atividade no ano de 2018, sobrepondo-se aos riscos associados à incerteza quanto à política comercial da Administração Trump.

A Reserva Federal dos EUA, ao longo do ano, manteve a sua política de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por três vezes, em passos de 25p.b., para o intervalo de 1,25%-1,50%, enquanto a sua indicação de atuação futura continuou a suportar expectativas de entre duas a três subidas, de igual dimensão, em 2018.

Em junho de 2017, a Reserva Federal detalhou o seu plano de remoção gradual dos estímulos, que tinha comunicado três meses antes: a partir de setembro, o banco central dos EUA deixou de reinvestir mensalmente um determinado montante de ativos, a iniciar em 10 mil milhões de dólares e aumentar gradualmente ao longo do tempo, até atingir 50 mil milhões mensais decorridos doze meses.

Na zona euro, o ano de 2017 foi de consolidação do crescimento económico, aprofundando e reforçando a recuperação iniciada em 2017. As taxas de crescimento são mais homogêneas entre os diferentes países, destacando-se a recuperação em França e Itália, após a quase estagnação dos anos anteriores.

O pesado ciclo eleitoral europeu não penalizou o crescimento, apesar da incerteza existente no início do ano quanto à eventual ascensão de forças populistas ao poder em alguns países, em especial em França, mas a vitória de Emanuel Macron e a sua agenda europeísta e reformista tiveram um contributo positivo para a confiança. Na Alemanha, as eleições gerais de setembro ditaram, após um impasse negocial, a repetição de um Governo de coligação entre a CDU/CSU e o SPD.

Em Espanha, o crescimento abrandou, numa consolidação da recuperação, mas também devido à instabilidade causada pelo processo independentista na Catalunha, que conduziu inclusive à mudança de sede social (e tributária) por muitas das empresas que tinham a sua sede na Catalunha. Ainda assim, Espanha cresceu acima de 3% em 2017.

	PIB	Inflação
UEM	2.4	1.5
Alemanha	2.2	1.7
França	1.8	1.2
Espanha	3.1	2.0
Itália	1.5	1.3

Fonte: CE (janeiro 2018)

Fruto da dinâmica de crescimento, o Banco Central Europeu reavaliou a sua política monetária, em especial as medidas não convencionais. Deixou inalteradas as taxas de juro de referência mas, em março de 2017, reduziu o volume de aquisição de ativos financeiros, em 20 mil milhões de euros mensais, para 60 mil milhões de euros. Já em dezembro, o BCE comunicou que, com efeitos a partir de janeiro de 2018, o volume de aquisição de ativos seria reduzido em metade, para 30 mil milhões de euros mensais, e que o programa terminaria, salvo situações que requeiram medidas excecionais, em setembro de 2018. Posteriormente, o BCE substituirá as emissões de dívida em carteira que vençam por novas aquisições, assim mantendo inalterado o volume total de ativos adquiridos.

No Reino Unido, o processo do Brexit prosseguiu, mas num quadro político mais difícil, após as eleições antecipadas de 8 de junho terem resultado numa perda da maioria absoluta do Governo conservador na Câmara dos Comuns. A erosão de poder político refletiu-se numa menor capacidade negocial com os restantes 27 estados-membro da União Europeia, após a ativação do artigo 50.º do Tratado de Lisboa,

em março. No término da primeira fase negocial, quanto aos termos do “divórcio”, o Reino Unido cedeu em alguns pontos-chave, como a fronteira com a República da Irlanda ou os direitos dos cidadãos europeus que residem no Reino Unido. A data de efetivação do Brexit foi fixada nas 23 horas do dia 29 de março de 2019. Os “27” acordaram que o período de transição terminará a 31 de dezembro de 2020, sendo que o Reino Unido pretendia um período mais extenso.

A economia britânica continuou a desacelerar, ainda que de forma gradual, e “contrariando” alguns cenários que colocavam a possibilidade de uma recessão no imediato. A depreciação da libra, associada aos baixos níveis de desemprego, contribuiu para que a inflação ultrapassasse a barreira de 3%, pelo que o Banco de Inglaterra subiu a principal taxa de referência, pela primeira vez desde julho de 2007, para 0,5% (+25p.b.).

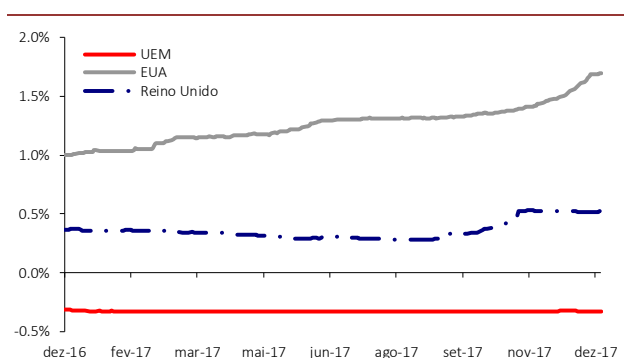
Nas economias emergentes, o ano foi igualmente caracterizado pela recuperação da atividade económica. Na China, que nos últimos anos tem estado sob especial escrutínio e sido foco de alguma incerteza, as medidas adotadas pelas autoridades permitiram uma estabilização do crescimento. Em 2017, o PIB terá crescido 6,8%, mas os temas de desaceleração estrutural da atividade permanecem, também com a alteração do modelo de crescimento.

Na América Latina, a atividade evoluiu também de forma mais favorável, saindo da situação recessiva que caracterizou os últimos anos, em grande medida devido à recuperação observada no Brasil que, em 2017, cresceu em redor de 1%, após a contração acumulada de aproximadamente 8% nos dois anos anteriores. No México, a incerteza associada à evolução da relação comercial com os EUA e o futuro da NAFTA, contribuiu para uma moderação do crescimento.

Os mercados financeiros evidenciaram uma relativa acalmia, patente nos reduzidos níveis de volatilidade e nos baixos níveis de taxas de juro, apesar da reversão que se inicia no ciclo monetário, com os bancos centrais a subir taxas de juro de referência e a reduzir ou mesmo reverter os volumes de liquidez injetados no mercado.

As taxas de juro de curto prazo, nos EUA e no Reino Unido, refletiram as alterações de taxas de referência pelos respetivos bancos centrais, subindo, em especial nos EUA, onde a Reserva Federal mantém a orientação de subida. A divergência com a dinâmica de taxas na zona euro ampliou-se, na medida em que o BCE, apesar de reduzir os volumes de aquisição de ativos, continua a sinalizar que poderá agir se, e quando, necessário.

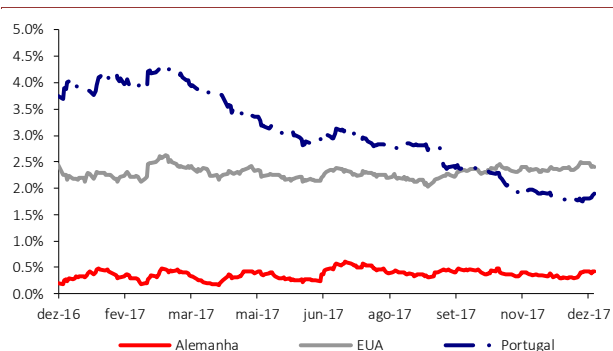
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

O movimento de repricing das taxas de juro de longo prazo, que já se tinha iniciado no ano transato, prosseguiu, embora de forma diferenciada. Nos EUA, as taxas de juro a 10 anos consolidaram em redor de 2,5%, refletindo expectativas de que o ciclo de subida das taxas de referência será gradual, num contexto de inflação controlada. Na Alemanha, as yields consolidaram em níveis positivos, embora abaixo de 0,5%, após terem estado em terreno negativo durante parte do ano de 2016.

Taxas de Juro 10 Anos

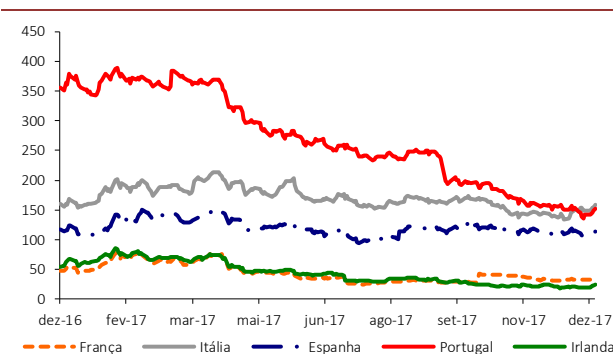


Fonte: Bloomberg

O melhor enquadramento económico na Europa suportou a correção dos desequilíbrios orçamentais, com a generalidade dos países a reduzir os défices e a estabilizar ou mesmo descer o rácio da dívida pública face ao PIB.

Em Portugal, as yields desceram, de forma sustentada ao longo do ano, até cerca de 2%, no prazo dos 10 anos. O mais sólido crescimento económico e o compromisso com as metas orçamentais materializaram-se na melhoria do rating atribuído à República pelas agências S&P e Fitch, para níveis de investment grade.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

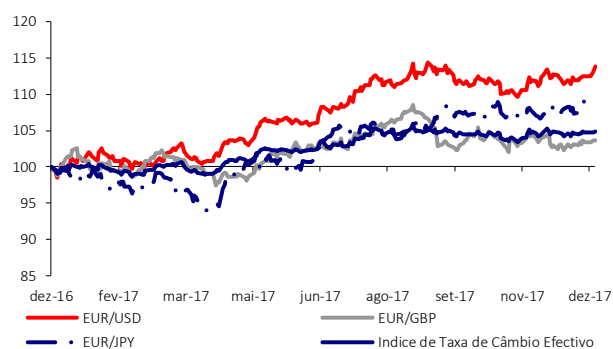
Neste enquadramento, e na zona euro, os spreads face à Alemanha estreitaram de forma generalizada, mas com especial destaque para o da dívida pública portuguesa, que se reduziu de quase 400p.b. no início do ano para 150p.b. no final de 2017, chegando mesmo a situar-se abaixo do spread da dívida italiana.

No mercado cambial, a principal dinâmica caracterizou-se pela apreciação do euro face à generalidade das divisas. Apesar das diferenças de política monetária e de taxas de juro de referência, o euro

apreciou cerca de 15% face ao dólar norte-americano. Contrariando a política anterior, a Administração Trump por várias vezes referiu que um dólar mais fraco era do interesse da economia norte-americana.

A libra esterlina registou uma depreciação mais moderada, até porque um movimento mais forte já se tinha registado em 2016, após o referendo do Brexit. Face ao dólar, a libra reverteu parte da depreciação registada em 2016.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2016 = 100)

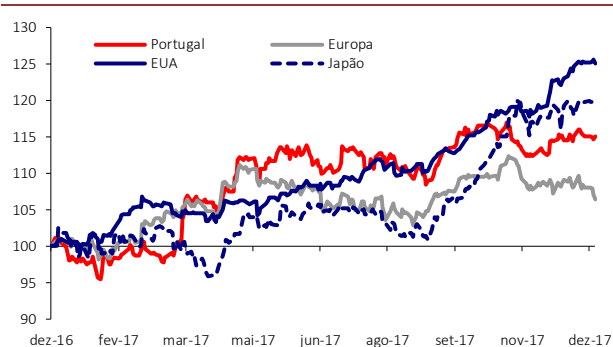


Fonte: BCE

A generalidade dos mercados acionistas registou uma valorização no ano de 2017, num movimento que se reforçou a partir do segundo trimestre, quando os dados de crescimento económico reforçaram as expectativas de que a recuperação era sustentada.

Nos EUA, os mercados acionistas valorizaram de forma continuada, mas reforçaram a tendência após o verão, não só com a consolidação do crescimento, mas sobretudo pela aprovação da reforma fiscal pelo Congresso, com uma descida da carga fiscal sobre as empresas.

Mercados Acionistas (Dez-16 = 100)

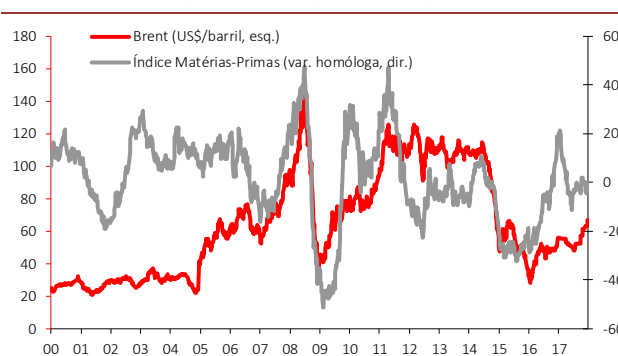


Fonte: Bloomberg

Na Europa, a recuperação dos mercados acionistas foi mais tímida, pontualmente afetada pelos processos eleitorais em países de relevo, como a Holanda, a França e a Alemanha. No final do ano, regressou um sentimento de alguma incerteza, devido aos desenvolvimentos políticos na Catalunha e às expectativas de eleições antecipadas em Itália.

Em Portugal, o principal índice PSI-20 registou uma valorização de cerca de 15%, com a generalidade das cotadas a evoluir positivamente, embora algumas empresas tenham refletido sobretudo temas de reorganização da estrutura acionista. O melhor momento macroeconómico, do ponto de vista de crescimento e de correção dos principais desequilíbrios, e a melhoria da notação de risco da República, para investment grade, contribuíram para esta evolução.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo valorizou cerca de 19%, para 66 dólares por barril, no final do ano, assim recuperando os níveis mais elevados desde 2015. As perspetivas de forte procura, os acordos entre a OPEP e outros produtores para a redução da produção e a instabilidade geopolítica sentida na região do Médio Oriente contribuíram para esta valorização.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, apesar dos baixos níveis de volatilidade, manteve o seu papel de ativo de refúgio, em parte no quadro de instabilidade na península da Coreia, tendo atingido um máximo de 1.360 dólares no verão, para terminar o ano em redor de 1.330 dólares por onça.

Economia Portuguesa

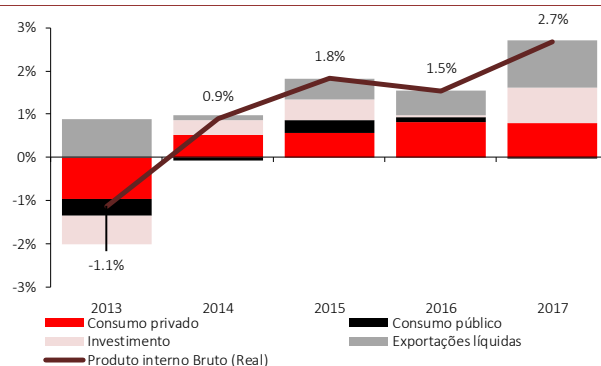
A melhoria da conjuntura económica internacional, entre 2015 e 2017, potenciou uma recuperação mais rápida da economia portuguesa, suportada pelo crescimento das exportações, reflexo da capacidade das empresas portuguesas em reorientarem os seus produtos e serviços para um mercado externo mais diversificado.

Dados Macroeconómicos

	2015	2016	2017
PIB	1.8	1.6	2.7
Consumo Privado	2.3	2.1	2.2
Consumo Público	1.3	0.6	0.1
Investimento	6.4	0.8	8.4
Exportações	6.1	4.4	7.9
Importações	8.5	4.2	7.9
Inflação média	0.5	0.6	1.4
Desemprego	12.4	11.1	8.9
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3.1	-2.4	-1.1
Dívida pública (% do PIB)	128.8	130.1	126.2
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1.3	1.6	1.4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

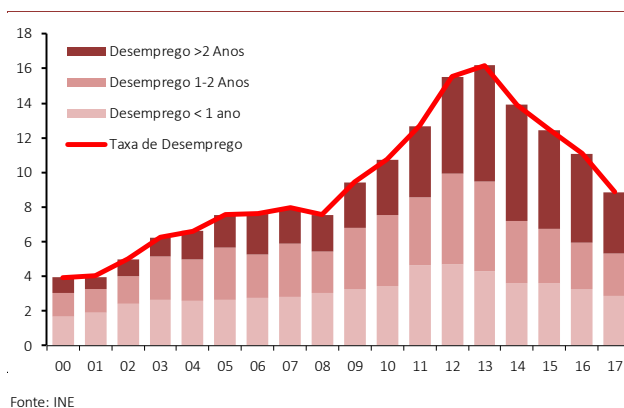
Em 2017, a economia portuguesa cresceu cerca de 2,7%, com as exportações a crescerem 7,1% e a serem o principal motor de crescimento com uma contribuição de 3,3p.p. para o crescimento total. O segundo motor foi a formação bruta de capital fixo (FBCF), que cresceu 8,4%, com todas as suas componentes a registarem crescimentos positivos, em especial o investimento em transportes (+19,6%), máquinas e equipamentos (+14,5%) e construção (+8%). A FBCF contribuiu 1,4p.p. para o crescimento total da economia. O terceiro motor foi o consumo privado, que cresceu 2,2%, suportado em particular pela aquisição de bens duradouros (+6,0%).

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)

Fonte: INE

O mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2017, com a taxa de emprego efetiva (contratos permanentes) a rondar os 60% da população ativa em 2017. Em 2017, foram criados +161,3 mil postos de trabalho. A taxa de desemprego reduziu-se para 8,1% no quarto trimestre, o nível mais baixo desde 2009, enquanto em média anual a taxa se reduziu para 8,9%.

Taxa de Desemprego (%)



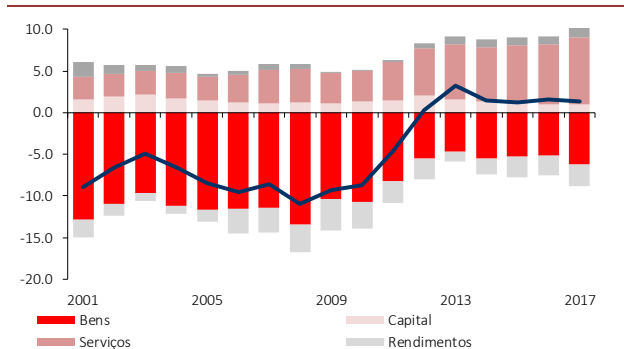
Fonte: INE

Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2017, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,4% do rendimento disponível bruto, fruto de um crescimento mais pronunciado do consumo (+3,4%) face a um crescimento mais moderado do rendimento disponível (1,7%), em termos homólogos.

Resultado da melhoria da competitividade das empresas exportadoras portuguesas, verificou-se um aumento sustentado do peso das exportações no PIB, com estas a pesarem 43% do PIB em 2017 (em termos nominais), enquanto em 2008 representavam 27%. Consequentemente, a balança comercial passou de défices recorrentes médios anuais de 8% do PIB, para excedentes comerciais de 2% do PIB, desde 2013. Em 2017, a balança comercial situou-se em 1,5% do PIB nominal.

Merece destacar o aumento das exportações de bens, contribuindo para a redução efetiva da posição deficitária em 8,8p.p. do PIB, nos últimos 8 anos (ou seja, passando de um défice de 15,3% em 2008 para 6,5% em 2017). Na origem desta melhoria expressiva esteve o aumento das exportações de metais e máquinas que, no seu conjunto representam 34% do total das exportações de bens.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

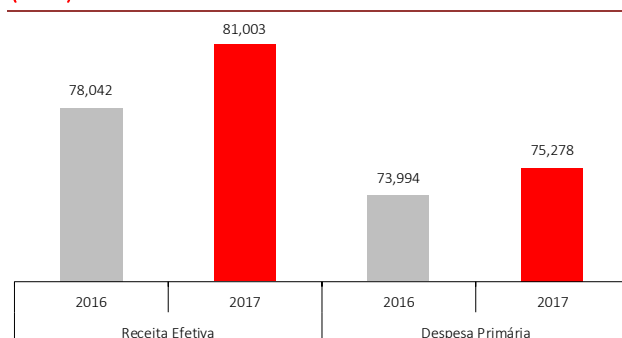
As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com o turismo a contribuir em +5p.p. do PIB, de um saldo total de +7p.p., em 2017. Atualmente, as exportações de turismo pesam 7% do PIB.

O elevado endividamento da economia (338% do PIB nominal no quarto trimestre de 2017) é ainda uma restrição ao crescimento económico, com especial incidência sobre o investimento, bem como continua a ser o maior fator de risco no médio prazo. Apesar do processo de desalavancagem, no quarto trimestre de 2017, o sector privado registou um rácio de endividamento de 212% do PIB, dos quais, 74% são das famílias (53% em crédito habitação e 21% crédito ao consumo) e 138% é das empresas não financeiras. O sector público registou um rácio de 126,2% do PIB, descendo de forma pronunciada no final do ano, com a amortização antecipada de uma parte significativa dos empréstimos ao FMI.

A evolução das finanças públicas, em 2017, registou um défice orçamental de 1,1% do PIB, melhor do que o inicialmente previsto, no orçamento de Estado para 2017, que era um défice de 1,4%, fruto do crescimento superior ao esperado das receitas totais (+4,9%), em particular, das fiscais indiretas (+6%) e do aumento das contribuições sociais (+4%), associado a uma despesa pública com um crescimento +3,5%.

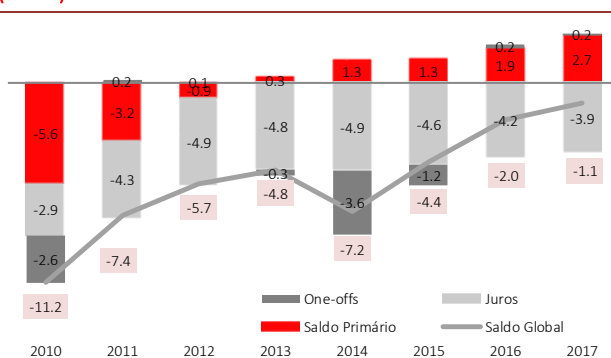
A queda do custo com o serviço da dívida pública (-2,5%) limitou um crescimento mais acentuado da despesa pública. O orçamento de Estado para 2018 prevê défice orçamental das administrações de públicas de 1,0% do PIB.

Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

As taxas de juro da dívida da República Portuguesa continuam a registar níveis mínimos, fruto da redução da perceção do risco soberano por parte dos investidores, alavancada pela boa performance económica e pela evolução das contas públicas, e que se materializou na melhoria da notação de rating da República para "BBB-", já em investment grade, pela Standard and Poors, em setembro, e, em dezembro de 2017, para "BBB" pela Fitch. Em janeiro de 2018, a taxa de juro a 10 anos cotava em níveis abaixo dos 2,0%, e o diferencial face à dívida alemã era inferior a 150p.b. (e inferior ao correspondente spread da dívida italiana).

**Défi ce Orçamental
(% PIB)**

Fonte: Ministério das Finanças

Em 2017, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e continuou focado na diversificação das fontes de financiamento, em especial no segmento de retalho. Em 2017, foram colocados cerca de 7 mil milhões de euros em produtos de aforro para as famílias, repartidos entre OTRV e Certificados de Poupança. No final do ano, o Tesouro ajustou as condições de remuneração dos produtos de aforro às yields da dívida pública, traduzindo-se numa descida das taxas de juro.

Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, na medida em que permaneceram quase inalterados face a 2016.

O setor financeiro português, em 2017, prosseguiu os vários processos de reestruturação. O banco público concluiu a recapitalização acordada com as autoridades europeias, e, em outubro, o Fundo de Resolução concluiu a venda do Novo Banco ao fundo LoneStar, embora mantendo uma participação de 25% no capital. Já no final do ano, e na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Popular Español (que foi adquirido pelo Banco Santander), o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

A dinâmica dos agregados de crédito continuou a ser caracterizada pela desalavancagem, em grande medida associada à gestão dos ativos não produtivos que os bancos detêm em balanço. Entre dezembro de 2016 e setembro de 2017, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o stock de empréstimos non-performing reduziu-se em 6,5 mil milhões de euros.

Esta evolução anulou os efeitos de incremento da nova produção de crédito aos particulares (mais quase 3 mil milhões de euros, em grande medida no crédito hipotecário), já que a nova produção de crédito a empresas registou uma redução de 3,3% no ano.

MERCADO
SEGURADOR

III. Mercado Segurador

Depois dos anos de contração registados em 2015 e 2016 de -11,4% e -14,4% de taxa de crescimento, o setor segurador português registou em 2017 um crescimento da produção de seguro direto de, 8,2%, perfazendo em 2017 um volume total de 11.724 milhões de euros.

Este aumento deveu-se tanto ao mercado Vida como ao mercado Não Vida, tendo os ramos Não Vida, nos quais a Popular Seguros atua, apresentado um crescimento de 8,6% no último ano. O peso do ramo Não Vida no setor segurador aumentou 0,2 pontos percentuais (p.p.) para 38,8% em 2017.

Estrutura de Mercado

	2017	2016	2015	2014	2013
Ramo Não Vida	38.8%	38.7%	31,5%	27,0%	29,4%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2017).

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução do Mercado Segurador Não Vida no último triénio:

Evolução (*Ramo Não Vida – milhões de Euros*)

	2017	2016	2015	17/16 Tx. Cresc.	16/15 Tx. Cresc.
Prémios de Seguro Direto	4.552	4.190	3.990	8,6%	5,0%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2017).

O montante de prémios Não Vida emitidos, em 2017, ascendeu a 4.552 milhões de Euros. Deste valor, 36,1% ao ramo Acidentes e Doença, 35,4% correspondem ao ramo Automóvel, 18,1% ao ramo Incêndio e Outros Danos e 10,4% aos restantes ramos. O ramo Acidentes e Doença registou o maior aumento de peso no total do sector (0,7 p.p.), enquanto os ramos Automóvel, e Incêndio e Outros Danos, foram os que registaram mais perda de peso (-0,9 p.p. e -0,5 p.p., respetivamente, no peso dos Ramos não vida).

Peso por Área de Negócio (*Ramos Não Vida*)

	2017	2016	2015	2014	2013
Acidentes e Doença	36,1%	35,4%	33,9%	32,7%	31,9%
Incêndio e Outros Danos	18,1%	18,5%	19,1%	19,5%	19,7%
Automóvel	35,4%	36,3%	36,8%	37,6%	38,3%
Marítimo, Aéreo e Transportes	1,2%	1,2%	1,4%	1,5%	1,6%
Responsabilidade Civil Geral	2,8%	2,7%	2,8%	2,8%	2,8%
Diversos	6,4%	5,8%	6,0%	5,9%	5,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2017).

Os ramos, Acidentes e Doença, e Automóvel, que têm o maior peso no sector Não Vida, contribuíram para o crescimento do ramo não vida, com 10,8% (1.642.317 milhares de Euros), e 6,0% (1.612.663 milhares de Euros), respetivamente.

Crescimento (*Ramos Não Vida*)

	2017	2016	2015	2014	2013
Acidentes e Doença	10,8%	9,5%	7,5%	2,2%	-2,3%
Incêndio e Outros Danos	5,9%	1,6%	1,6%	-1,2%	-0,8%
Automóvel	6,0%	3,5%	1,5%	-2,0%	-5,8%
Marítimo, Aéreo e Transportes	3,4%	-4,2%	-5,8%	-9,1%	-2,4%
Responsabilidade Civil Geral	12,5%	2,3%	4,0%	1,6%	-6,6%
Diversos	20,1%	2,1%	6,4%	5,9%	5,0%
TOTAL	8,6%	4,9%	3,8%	-30,1%	-3,1%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2017).

ATIVIDADE DA
POPULAR SEGUROS
EM 2017

IV. Atividade da Popular Seguros em 2017

1. Principais Indicadores

A **POPULAR SEGUROS** iniciou a sua atividade comercial no ano 2006, tendo registado o décimo primeiro ano completo de operação em 2017.

No ano de 2010, a Empresa alargou a sua gama de produtos aos seguros de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral e ao ramo Diversos.

Depois de em 2015 e 2016 se verificar uma forte quebra no ciclo de crescimento no setor segurador, 2017 registou um crescimento de 8,2%. O contexto de crise e grande instabilidade dos mercados financeiros em anos anteriores, não se repetiu durante o ano de 2017, assistindo-se a eventos no setor financeiro que diminuiram os receios dos agentes económicos. Em 2017 o mercado segurador registou um crescimento de 8,2% (-14,4% em 2016) no que respeita a volume de prémios de seguro direto.

Os indicadores que se apresentam, seguidamente, ilustram a atividade da Popular Seguros em 2017 e 2016:

	2017	2016	Unidade: Euros Var.% 17/16
Balanço			
Investimentos	15.765.120	14.337.300	10,0%
Ativo Líquido	18.779.834	17.823.586	5,4%
Capital Próprio	9.440.251	8.464.805	11,5%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	7.770.966	7.902.944	-1,7%
Conta de Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto	10.756.668	10.012.318	7,4%
Prémios Adquiridos, líquidos de Resseguro	6.998.303	6.094.442	14,8%
Custos com Sinistros de Seguro Direto	6.394.148	5.180.200	23,4%
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	5.408.265	4.603.558	17,5%
Custos Operacionais	1.147.085	1.148.349	-0,1%
Resultado Líquido	637.552	703.884	-9,4%
Indicadores			
Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto	59,4%	51,7%	7,7 p.p.
Taxa de Sinistralidade Líquida de Resseguro	77,3%	75,5%	1,7 p.p.
Resultado Líquido/ Prémios Brutos Emitidos	5,9%	7,0%	-1,1 p.p.
Rácio Combinado	77,4%	74,5%	2,9 p.p.

2. Prémios e Apólices

A **POPULAR SEGUROS** registou, em 2017, um volume de prémios brutos emitidos no montante de 10.756.668 Euros (10.012.318 Euros em 2016). No volume total de negócios, o peso do segmento de Incêndio e Outros Danos ascenderam a 39,3% (4.229.618 Euros), seguido do Automóvel com 32,9% (3.533.643 Euros). Em 2017, a maioria dos ramos registaram um aumento, com destaque para o ramo Acidentes e Doença, com crescimentos face ao período homólogo de 20,1%.

Evolução da Atividade

N.º de Apólices	2017	%	2016	%	Unidade: Euros
					Var. % 17/16
Acidentes e Doença	11.301	17,4%	13.059	20,2%	-13,5%
Incêndio e outros danos	31.910	49,0%	30.490	47,3%	4,7%
Automóvel	19.746	30,3%	18.507	28,7%	6,7%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	2.121	3,3%	2.450	3,8%	-13,4%
Diversos	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Total	65.078	100%	64.506	100%	0,9%

A evolução dos prémios de seguro direto, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser vista como segue:

Prémios de Seguro Direto	2017	%	2016	%	Unidade: Euros
					Var. % 17/16
Acidentes e Doença	2.480.948	23,1%	2.065.989	20,6%	20,1%
Incêndio e outros danos	4.229.618	39,3%	4.165.325	41,6%	1,5%
Automóvel	3.533.643	32,9%	3.298.244	32,9%	7,1%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	101.387	0,9%	107.557	1,1%	-5,7%
Diversos	411.072	3,8%	375.203	3,7%	9,6%
Total	10.756.668	100%	10.012.318	100%	7,4%

A evolução dos prémios de resseguro cedido, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

Prémios de Resseguro Cedido	2017	%	2016	%	Unidade: Euros
					Var. % 17/16
Acidentes e Doença	433.079	11,4%	413.624	11,1%	4,7%
Incêndio e outros danos	2.813.617	74,0%	2.795.148	75,0%	0,7%
Automóvel	162.210	4,3%	152.162	4,1%	6,6%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	50.491	1,3%	53.366	1,4%	-5,4%
Diversos	342.983	9,0%	314.946	8,4%	8,9%
Total	3.802.380	100%	3.729.246	100%	2,0%

3. Comissões

As comissões processadas pela intermediação de produtos de seguros atingiram, em 2017, o montante de 1.092.588 Euros (1.059.859 Euros em 2016).

No âmbito dos custos de exploração líquidos, os custos de aquisição (deduzidos dos custos de aquisição diferidos) elevaram-se a 1.506.276 Euros (1.489.440 Euros em 2016), os custos administrativos a 532.152 Euros (530.869 Euros em 2016) e o montante das comissões e participação de resultados no resseguro a 541.520 Euros (1.071.228 Euros em 2016).

4. Custos com sinistros

Os montantes pagos (montantes brutos, incluindo custos de gestão de sinistros) relativos a custos com sinistros, em 2017, atingiram o montante de 6.070.905 Euros (4.483.390 Euros em 2016), sendo 3.239.107 Euros relativos ao ramo Automóvel (2.598.143 Euros em 2016), 1.900.472 Euros (1.221.883 Euros em 2016) referentes a seguros de Incêndio e Outros Danos, 925.292 Euros (655.729 Euros em 2016) referentes a seguros de Acidentes e Doença e 6.035 Euros (7.636 Euros em 2016) no que respeita a Responsabilidade civil geral.

A evolução dos custos com sinistros de seguro direto, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser vista como segue:

Custos com Sinistros Seguro Direto	2017	%	2016	%	Unidade: Euros
					Var. % 17/16
Acidentes e Doença	1.549.719	24,2%	1.033.142	19,9%	50,0%
Incêndio e outros danos	1.796.119	28,1%	1.191.326	23,0%	50,8%
Automóvel	3.043.459	47,6%	2.946.976	56,9%	3,3%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	4.852	0,1%	8.756	0,2%	-44,6%
Diversos	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Total	6.394.148	100%	5.180.200	100%	23,4%

A taxa de sinistralidade da Empresa (custos com sinistros/ prémios adquiridos) apresentou um agravamento de 4,8 p.p. em relação ao ano anterior, para 58%, justificado essencialmente pelo aumento da sinistralidade verificada nos ramos Acidentes e Doença e Incêndio e Outros danos (12,1 p.p. e 11,8 p.p., respetivamente).

Taxa de sinistralidade	2017	2016	Unidade: Euros
			Var. % 17/16
Acidentes e Doença	56,8%	44,7%	12,1 p.p.
Incêndio e outros danos	42,0%	30,2%	11,8 p.p.
Automóvel	86,7%	97,3%	-10,6 p.p.
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-
Responsabilidade civil geral	4,5%	7,7%	-3,1 p.p.
Diversos	-	-	-
Total	58,0%	53,2%	4,8 p.p.

Em termos de taxa de sinistralidade calculada sobre os prémios emitidos (custos com sinistros/ prémios emitidos), a Empresa apresentou uma taxa de 59,4% (face a 51,7% em 2016).

A evolução dos custos com sinistros de resseguro cedido, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser vista como segue:

Custos com Sinistros Resseguro Cedido	Unidade: Euros				
	2017	%	2016	%	Var. % 17/16
Acidentes e Doença	76.063	7,7%	31.499	5,5%	141,5%
Incêndio e outros danos	908.581	92,2%	541.771	94,0%	67,7%
Automóvel	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	1.239	0,1%	3.372	0,6%	-63,3%
Diversos	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Total	985.883	100%	576.642	100%	71,0%

5. Provisões Técnicas

As provisões técnicas de seguro direto, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, são desagregadas da seguinte forma:

Provisões técnicas de seguro	Unidade: Euros	
	2017	2016
Provisão para prémios não adquiridos	3.480.342	3.722.671
Provisão para sinistros	3.485.862	3.162.619
Provisão para desvios de sinistralidade	733.018	648.852
Provisão para riscos em curso	71.744	368.802
Total	7.770.966	7.902.944

A provisão para prémios não adquiridos totalizou, em 2017, o montante de 3.480.342 Euros (3.722.671 Euros em 2016), correspondendo este montante a uma componente de prémios não adquiridos (3.961.625 Euros) deduzida dos custos de aquisição diferidos (481.284 Euros).

Do total da provisão para prémios não adquiridos, 38,7% respeitam ao segmento Incêndio e Outros Danos (1.346.565 Euros), 37,9% ao segmento Automóvel (1.320.047 Euros), 17,9% a Acidentes e Doença (624.898 Euros), 0,9% ao ramo Responsabilidade Civil Geral (30.562 Euros) e os restantes 4,6% ao ramo Diversos (158.270 Euros).

A provisão para sinistros de seguro direto ascendeu, em 31 de dezembro de 2017, a um montante total de 3.485.862 Euros (3.162.619 Euros em 2016). O crescimento verificado em 2017, face ao período homólogo, deveu-se maioritariamente ao ramo Acidentes e Doença com um valor de 1.586.351 Euros (961.924 Euros em 2016), a que corresponde um acréscimo de 624.426 Euros. A produzir o efeito contrário, o ramo Incêndio e Outros Danos e o ramo Automóvel, registaram um decréscimo, atingindo em, 31 de dezembro de 2017, um montante de 703.302 Euros e 1.192.579 Euros, respetivamente (807.655 Euros e 1.388.227 Euros, respetivamente, em 2016).

No decorrer de 2017, a Empresa dotou a provisão para desvios de sinistralidade no montante de 84.166 Euros (76.865 Euros em 2016). Esta provisão destina-se a fazer face a sinistralidade, excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

No final de 2017, por forma a fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis e relativos a contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte, a Empresa apresentava uma provisão para riscos em curso no montante de 71.744 Euros, para os ramos Acidentes e Doença, Automóvel e Diversos. Durante o ano de 2017, assistiu-se a um decréscimo da mesma no montante de 297.057 Euros.

6. Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentado como segue:

Saldo Técnico Líquido de Resseguro	2017	%	2016	%	Unidade: Euros
					Var. % 17/16
Acidentes e Doença	87.172	12,5%	312.484	46,0%	-72,1%
Incêndio e outros danos	313.052	45,0%	883.868	130,0%	-64,6%
Automóvel	235.324	33,9%	(550.174)	-80,9%	142,8%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	19.609	2,8%	21.941	3,2%	-10,6%
Diversos	39.910	5,7%	11.860	1,7%	236,5%
Total	695.068	100%	679.979	100%	2,2%

O saldo técnico líquido de resseguro ascendeu, em 2017, ao montante de 695.068 Euros, registando um acréscimo de 2,2% em relação ao ano anterior. Os ramos que mais contribuíram para este resultado foram Automóvel e Diversos com o acréscimo de 785.498 Euros (142,8% face a 2016) e 28.050 Euros (236,5% face a 2016), respetivamente. Os restantes ramos registaram um decréscimo, com destaque para os ramos Acidentes e Doença e Incêndio e outros danos que registaram uma diminuição no montante de menos 225.313 Euros (-72,1% face a 2016) e 570.816 Euros (-64,6% face a 2016), respetivamente.

7. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira de investimentos da Popular Seguros registou um montante de 15.765.120 Euros (14.337.300 Euros em 2016). Deste valor, cerca de 97,4% (97,6% em 2016) são representados por Obrigações e outros títulos de rendimento fixo e 2,6% (2,4% em 2016) representados por Unidades de Participação em Fundos de Investimento.

	2017		2016		Unidade: Euros
	Valor	Peso Carteira	Valor	Peso Carteira	
Ações	-	0,0%	-	0,0%	
Operações por liquidar (1)	-	0,0%	-	0,0%	
Unidades de participação em fundos de investimento	415.775	2,6%	349.276	2,4%	
Títulos de rendimento fixo	15.349.345	97,4%	13.988.024	97,6%	
Total	15.765.120	100%	14.337.300	100%	

(1) O valor das operações a liquidar inclui o montante das operações devedoras (refletidas no ativo) e credoras (refletidas no passivo)

8. Custos Operacionais

Em 2017, os custos operacionais ascenderam ao montante de 1.147.085 Euros (1.148.349 Euros em 2016), apresentando um decréscimo de 0,11% face ao período homólogo, o que correspondeu a uma diminuição de 1.264 Euros. Do total dos custos, a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é a que detém maior representatividade (88,1% em 2017 e 88,2% em 2016), seguida da rubrica Amortizações (5,3% em 2017 e 5,2% em 2016).

Os custos operacionais podem ser visualizados como segue:

Custos Operacionais	2017		2016		Unidade: Euros
	Valor	%	Valor	%	Var. % 17/16
Custos com Pessoal	10.655	0,9%	10.303	0,9%	3,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.010.378	88,1%	1.013.274	88,2%	-0,3%
Impostos e Taxas	48.545	4,2%	43.969	3,8%	10,4%
Amortizações	60.715	5,3%	59.959	5,2%	1,3%
Juros Suportados	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Comissões	16.792	1,5%	20.844	1,8%	-19,4%
Total	1.147.085	100%	1.148.349	100%	-0,11%

9. Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência

A **POPULAR SEGUROS** foi constituída em 30 de Agosto de 2006 com um capital social de 7,5 milhões de Euros, representado por 1,5 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 5 Euros cada. Não se verificou qualquer aumento de capital desde essa data.

O resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2017, foi de 637.552 Euros (703.884 Euros em 2016).

Os capitais próprios ascendiam, em 31 de dezembro de 2017, ao montante de 9.440.251 Euros (8.464.805 Euros em 2016):

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Capital	7.500.000	7.500.000
Reservas de reavaliação	399.165	(36.827)
Reserva por impostos diferidos	(89.812)	8.286
Outras reservas	359.850	289.462
Resultados transitados	633.496	-
Resultado do exercício	637.552	703.884
Total	9.440.251	8.464.805

10. Gestão de Riscos e Controlo Interno

No decurso do ano de 2017, e no âmbito do Grupo Eurovida, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Quantificação regular da posição de solvência, em linha com o reporte externo trimestral e anual exigido na regulamentação de Pilar III, otimizando o processo de governação e integração do processo no âmbito do controlo interno;
- Implementação de uma solução tecnológica de reporte (Pilar 3) dos requisitos de capital Solvência II;
- Desenvolvimento do processo de monitorização sistemática e periódica do cumprimento dos limites de Appetite ao Risco, promovendo o alinhamento do plano estratégico de negócio com as dimensões de risco e capital;
- Participação ativa nos Comités de Investimento, Comités de Riscos, Comités de Controlo Interno e Comités de Compliance, dando cumprimento ao dever de comunicação à Administração dos diferentes riscos identificados como materiais;
- Participação ativa em grupos de trabalho da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II.

11. Principais Projetos e Iniciativas em 2017

Para que a Popular Seguros conseguisse ultrapassar a difícil conjuntura, vivida no mercado segurador e na atividade económica em 2017, foram vários os projetos e iniciativas desenvolvidas e, que em conjunto, contribuíram como uma oportunidade de inovação e de aproximação aos clientes e aos vários canais de distribuição. Como mais importantes, temos a destacar:

- Contínuo desenvolvimento do regime prudencial – Solvência II;
- Otimização de processos e procedimentos para uma maior eficiência e um melhor serviço a clientes e canais, tais como o processo de gestão de propostas, o processo de cobranças ou o processo de gestão de sinistros;
- Implementação de modelos de gestão de processos, integrada com os canais, para uma maior eficiência e serviço ao cliente;

PROPOSTA DE
APLICAÇÃO DE
RESULTADOS

V. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido positivo do exercício de 2017 foi de 637.552 Euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- ♥ Para Reserva Legal: 63.755 Euros;
- ♥ Para Resultados Transitados: 573.797 Euros.

PERSPETIVAS
FUTURAS

VI. Perspetivas Futuras

Os principais projetos/iniciativas para o ano de 2018, que visam contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, táticos e operativos definidos pela Popular Seguros, podem ser descritos como segue:

Foco no cliente

- ♥ Focalizar prioritariamente a atividade de contacto no cliente, promovendo a segmentação e elegendo como mercados prioritários as PME's e Particulares.
- ♥ Disponibilizar uma oferta global e integrada nas áreas da proteção pessoal e do património.
- ♥ Assegurar a retenção de clientes e sucesso das vendas, garantindo a máxima satisfação dos mesmos no que respeita ao nível de serviço prestado.

Sustentar um nível de rentabilidade

- ♥ Incrementar as margens técnicas do negócio, através quer de uma política de preço adequada e uma seleção de riscos exigente, quer de uma redução contínua dos custos unitários, através do aumento da escala e da monitorização da base de custos.

Melhoria da operacionalidade

- ♥ Promover a eficiência de processos através da automatização e desmaterialização, tornando os processos simples e desburocratizados, com especial enfoque na área dos Sinistros e Contratação.
- ♥ Melhorar o atendimento aos clientes no serviço "pós-venda", quer nos tempos de resposta e na célere resolução da situação dos clientes, quer na qualidade e no serviço que é prestado aos clientes.
- ♥ Desenvolver, implementar e melhorar a eficácia do sistema de controlo de qualidade da Empresa, aplicando métricas, definindo objetivos e divulgando SLAs (*Service Level Agreement*) em cada fase do processo de negócio ou de suporte, com vista a garantir a qualidade de serviço ao cliente.

No âmbito da Gestão de Risco, para 2018 prevê-se o desenvolvimento das seguintes atividades:

- ♥ Quantificação regular da posição de solvência, em linha com o reporte externo trimestral e anual exigido na regulamentação de Pilar III, otimizando o processo de governação e integração do processo no âmbito do controlo interno;
- ♥ Desenvolvimento do processo de monitorização sistemática e periódica do cumprimento dos limites de Appetite ao Risco, promovendo também o alinhamento do plano estratégico de negócio com as dimensões de risco e capital;
- ♥ Reforço da estrutura interna de Comités tendo em conta os requisitos identificados no Pilar II para cada Política e de forma a dar resposta aos requisitos de Solvência II, nomeadamente através do Comité de Gestão de Risco e do reforço do reporte interno de risco e Solvência II;

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

VII. Considerações Finais

O Conselho de Administração está muito grato pela confiança demonstrada pelos clientes da **POPULAR SEGUROS** e agradece todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores e a ação relevante do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas no exercício das funções que lhe estão estatutariamente cometidas.

Expressamos igualmente o nosso reconhecimento aos nossos parceiros e canais de distribuição pela colaboração na divulgação e promoção da POPULAR SEGUROS.

Registamos ainda o agradecimento da POPULAR SEGUROS pelos apoios recebidos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e da Associação Portuguesa de Seguradores.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração



Luís Eduardo da Silva Barbosa
(Presidente do Conselho de Administração)



José Luis Castro Cortizo
(Vogal)



Pedro Miguel da Gama Cunha
(Vogal)

ANEXO AO
RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

VIII. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Participação de Acionistas que, em 31 de dezembro de 2017, detinham um décimo ou mais do total das ações (*art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais*):

Participação de Acionistas

Unidade: Euros

	2017	Percentagem
Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	7.500.000	100%

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2017

Demonstrações Financeiras 2017

Contas de Ganhos e Perdas de 2017

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2017			2016
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	6.998.303	-	6.998.303	6.094.442
Prémios brutos emitidos		10.756.668	-	10.756.668	10.012.318
Prémios de resseguro cedido		3.802.380	-	3.802.380	3.729.246
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(266.397)	-	(266.397)	267.933
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(222.382)	-	(222.382)	79.302
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	5.408.265	-	5.408.265	4.603.558
Montantes pagos		5.060.882	-	5.060.882	3.905.854
Montantes brutos		6.070.905	-	6.070.905	4.483.390
Parte dos resseguradores		1.010.023	-	1.010.023	577.536
Provisão para sinistros (variação)		347.382	-	347.382	697.704
Montante bruto		323.243	-	323.243	696.810
Parte dos resseguradores		(24.140)	-	(24.140)	(894)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	(212.891)	-	(212.891)	201.000
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	8	1.545.043	-	1.545.043	949.080
Custos de aquisição		1.530.343	-	1.530.343	1.498.844
Custos de aquisição diferidos (variação)		24.067	-	24.067	(9.405)
Gastos administrativos		532.152	-	532.152	530.869
Comissões e participação nos resultados de resseguro		541.520	-	541.520	1.071.228
Rendimentos	9	310.155	78.441	388.596	624.422
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		301.859	60.048	361.907	323.856
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		8.296	18.393	26.689	300.566
Gastos financeiros	10	182.888	18.749	201.637	161.352
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		126.909	18.749	145.658	101.406
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		55.979	-	55.979	59.946
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	11	315.469	74.854	390.323	349.303
De ativos disponíveis para venda		315.469	74.854	390.323	349.303
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-

(cont.)

O Técnico Oficial de Contas

Contas de Ganhos e Perdas de 2017

(cont.)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2017			2016
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Total
		Unidade: Euros			
Diferenças de câmbio		-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	12	5.032	17.803	22.835	247.401
De ativos disponíveis para venda		5.032	17.803	22.835	247.401
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	13	(523)	-	(523)	(523)
Outras provisões (variação)		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	14	-	11.044	11.044	3.586
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
Resultado Líquido antes de Impostos	25	695.068	127.787	822.855	908.839
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	22	157.522	32.918	190.440	260.620
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	22	(1.132)	(4.006)	(5.138)	(55.665)
Resultado Líquido do exercício		538.678	98.875	637.552	703.884

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL	Notas do Anexo	2017			2016			Unidade: Euros
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Resultado líquido do período	25	538.678	98.875	637.552	526.984	176.900	703.884	
Outro rendimento integral do período								
Items que reclassificam por resultados								
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	25	319.061	116.932	435.992	10.107	(60.121)	(50.014)	
Ganhos e perdas líquidos		(1.440)	24.275	22.835	(274.904)	(371.813)	(646.718)	
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		320.501	92.657	413.158	285.012	311.692	596.704	
Imparidade		5.032	17.803	22.835	54.518	192.883	247.401	
Alienação		315.469	74.854	390.323	230.494	118.809	349.303	
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	25	(71.789)	(26.310)	(98.098)	(2.274)	13.527	11.253	
Total do outro rendimento integral do período		247.272	90.622	337.894	7.833	(46.594)	(38.761)	
Total do Rendimento integral do período líquido de impostos		785.950	189.497	975.446	534.817	130.306	665.124	

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017

		Unidade: Euros	
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2017	2016
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15	944.581	920.887
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Ativos disponíveis para venda	17	15.765.120	14.337.300
Empréstimos e contas a receber		-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-
Outros depósitos		-	-
Empréstimos concedidos		-	-
Contas a receber		-	-
Outros		-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-
Terrenos e edifícios		-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-
Outros ativos tangíveis	18	-	-
Inventários		-	-
Goodwill		-	-
Outros ativos intangíveis	19	45.312	106.027
Provisões técnicas de resseguro cedido	20	1.396.153	1.748.234
Provisão para prémios não adquiridos		965.402	1.293.343
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros		430.751	454.891
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21	505.978	585.301
Contas a receber por operações de seguro direto		467.644	572.508
Contas a receber por outras operações de resseguro		28.712	-
Contas a receber por outras operações		9.621	12.793
Ativos por impostos	22	122.690	125.838
Ativos por impostos correntes		-	-
Ativos por impostos diferidos		122.690	125.838
Acréscimos e diferimentos	23	-	-
Outros elementos do ativo		-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-
Total do Ativo		18.779.834	17.823.587

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2017	2016
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	20	7.770.966	7.902.944
Provisão para prémios não adquiridos		3.480.342	3.722.671
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros		3.485.862	3.162.619
De vida		-	-
De acidentes de trabalho		1.347.247	743.217
De outros ramos		2.138.615	2.419.402
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		733.018	648.852
Provisão para riscos em curso		71.744	368.802
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Outros passivos financeiros	24	174.061	269.296
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		174.061	269.296
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	21	917.671	715.090
Contas a pagar por operações de seguro direto		169.713	269.785
Contas a pagar por outras operações de resseguro		532.799	396.885
Contas a pagar por outras operações		215.160	48.420
Passivos por impostos	22	294.409	286.098
Passivos por impostos correntes		204.597	286.098
Passivos por impostos diferidos		89.812	-
Acréscimos e diferimentos	23	182.475	185.353
Outras Provisões		-	-
Outros Passivos		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
Total do Passivo		9.339.583	9.358.782
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	7.500.000	7.500.000
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	25	399.165	(36.827)
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		399.165	(36.827)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	25	(89.812)	8.286
Outras reservas	25	359.850	289.462
Resultados transitados	25	633.496	-
Resultado do exercício	25	637.552	703.884
Total do Capital Próprio		9.440.251	8.464.805
Total do Passivo e Capital Próprio		18.779.834	17.823.587

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2017

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total	
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal				
Balanco a 31 de dezembro de 2016 (balanco de abertura)	25	7.500.000	(36.827)	8.286	289.462	-	703.884	8.464.805	
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	
Balanco de abertura alterado	(1)	25	7.500.000	(36.827)	8.286	289.462	-	703.884	8.464.805
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)		-	-	-	70.387	633.497	(703.884)	-
Resultado Líquido do período	(3)	25	-	-	-	-	-	637.552	637.552
Outro rendimento integral do período	(4)	25	-	435.992	(98.098)	-	-	-	337.894
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-	435.992	(98.098)	-	-	-	337.894
Total do rendimento integral do período	(5)=(3)+(4)		-	435.992	(98.098)	-	-	637.552	975.446
Operações com detentores de capital	(6)		-	-	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	(7)=(2)+(5)+(6)		-	435.992	(98.098)	70.387	633.497	(66.332)	975.446
Balanco a 31 de dezembro de 2017	(8)=(7)+(1)		7.500.000	399.166	(89.812)	359.850	-	637.552	9.440.251

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2016

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total	
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal				
Balanco a 31 de dezembro de 2015 (balanco de abertura)	25	7.500.000	13.186	(2.967)	214.491	2.045.504	749.706	10.519.920	
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	
Balanco de abertura alterado	(1)	25	7.500.000	13.186	(2.967)	214.491	749.706	10.519.920	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	74.971	674.735	(749.706)	-	
Resultado Líquido do período	(3)	25	-	-	-	-	703.884	703.884	
Outro rendimento integral do período	(4)	25	-	(50.013)	11.253	-	-	(38.760)	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	(50.013)	11.253	-	-	-	(38.760)	
Total do rendimento integral do período	(5)=(3)+(4)	-	(50.013)	11.253	-	-	703.884	665.124	
Operações com detentores de capital	(6)	-	-	-	-	(2.720.239)	-	(2.720.239)	
Total das variações do capital próprio	(7)=(2)+(5)+(6)	-	(50.013)	11.253	74.971	674.735	(45.822)	665.124	
Balanco a 31 de dezembro de 2016	(8)=(7)+(1)	25	7.500.000	(36.827)	8.286	289.462	-	703.884	8.464.805

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Fluxos de Caixa

		Unidade: Euros	
Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	2017	2016
Fluxos de atividade operacional			
+ Prémios de seguro direto recebidos		12.436.251	11.229.357
- Sinistros de seguro direto pagos		5.528.823	3.987.319
- Prémios de resseguro cedido pagos líquidos de Sinistros de resseguro cedido recebidos (inclui comissões e participações nos resultados de resseguro cedido)		2.133.310	1.994.102
- Comissões por intermediação de seguros		578.401	594.733
- Outras comissões pagas		91.046	89.789
- Pagamentos ao pessoal		229.128	250.817
- Pagamentos a fornecedores e mediadores		1.656.214	1.320.132
- Outros fluxos de caixa operacionais		71.612	64.074
+ Dividendos recebidos		26.689	300.566
+ Juros recebidos		361.907	323.856
+ Alienações realizadas de investimentos		22.173.004	14.292.562
+ Reembolsos obrigações		2.000.000	1.000.000
- Aquisição de investimentos			
Títulos de rendimento variável		300.000	64.474
Títulos de rendimento fixo		24.602.392	14.080.565
- Impostos sobre os rendimentos pagos			1.743.893
Sub-Total		23.694	2.956.443
Fluxos de atividade de investimento			
- Aquisição de imobilizado		-	100.245
+ Alienação de imobilizado		-	-
- Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-
+ Empréstimos pagos por partes relacionadas		-	-
Sub-Total		-	(100.245)
Fluxos de atividade de financiamento			
+ Recebimentos de aumento de capital		-	-
+ Recebimentos de empréstimos subordinados		-	-
- Pagamento de empréstimos subordinados		-	-
+ Recebimentos de empréstimos concedidos		-	-
- Pagamentos de empréstimos obtidos		-	-
- Pagamentos de contratos de locação financeira		-	-
- Dividendos pagos a acionistas		-	2.720.239
- Dividendos pagos a interesses minoritários		-	-
Sub-Total		-	(2.720.239)
Efeitos das diferenças de câmbio			
		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes	15	23.694	135.959
Caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro	15	920.887	784.928
Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro	15	944.581	920.887
Variação no período		23.694	135.959

O Técnico Oficial de Contas

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO
DA POSIÇÃO FINANCEIRA
E À CONTA
DE GANHOS E PERDAS
2017

Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2017

(Valores expressos em Euros)

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2018.

Nota 1 – Informações Gerais

1.1. Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada

A **POPULAR SEGUROS - Companhia de Seguros, S.A.** foi constituída em 30 de agosto de 2006, com um capital de 7.500.000 Euros, na sequência do despacho de autorização emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), incluído na Norma n.º 5/2006-A, de 25 de julho, e tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro dos ramos “Não Vida”, podendo ainda exercer as atividades conexas ou complementares das de seguro ou resseguro autorizadas por lei. A Empresa iniciou a comercialização dos seus produtos em outubro de 2006 e tem a sua sede na Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 em Lisboa.

Na sequência da aquisição do Banco Popular Espanhol pelo Banco Santander, S.A., a 7 de junho de 2017, o grupo Santander levou a cabo um conjunto de transações visando a sua reorganização. No contexto desta reestruturação, no dia 27 de dezembro de 2017, o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

Como consequência desta fusão, o Banco Popular Portugal deixou de existir enquanto entidade jurídica, ou seja, a partir de dia 27 de dezembro de 2017, o Banco Popular Portugal foi incorporado por fusão no Banco Santander Totta.

Nesta base, à data de 31 de dezembro de 2017 a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. acionista da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. passou a pertencer ao grupo Santander, tal como se encontra divulgado neste Relatório e Contas.

1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera

A Empresa dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo não vida para o qual obteve a devida autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Na sua atividade, a Empresa dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo não vida, operando nos ramos Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral, Proteção Jurídica e Assistência, e apenas em Portugal.

No decorrer do exercício de 2009, a Popular Seguros solicitou autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), para alargar o âmbito da sua atividade seguradora a outros ramos, modalidades, e grupos de ramos não vida, conforme classificação do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril.

A Empresa obteve, através da Norma de Autorização n.º 5/2009-A, de 29 de outubro de 2009, autorização por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a exploração dos seguintes ramos e modalidades: responsabilidade Civil Geral na modalidade “outras”, Proteção Jurídica e Assistência; e dos seguintes grupos de ramos não vida: Seguro de Acidentes e Doença e Seguro Automóvel.

Em 2010, a Empresa iniciou a comercialização nos ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral, Proteção Jurídica e Assistência.

Durante o ano de 2011, a Empresa iniciou a comercialização do ramo Doença tendo continuado a aposta nos novos ramos de 2010, nomeadamente Acidentes de Trabalho e Automóvel.

A atividade seguradora em Portugal, que apresentou nos últimos dois anos, e fruto do contexto económico, uma desaceleração, vem em 2017, e de acordo com os valores provisórios apresentados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), apresentar um incremento de 6,3%, sendo o volume total de prémios de seguro direto de 11,6 mil milhões de Euros. Este crescimento verificou tanto no ramo Vida como no ramo Não Vida, com percentagens de crescimento na ordem dos 5,8% e 7,1%, respetivamente.

A Popular Seguros tem apostado nos últimos anos no alargamento e diversificação da sua oferta, comercializando produtos nos segmentos de proteção pessoal e patrimonial. Utiliza como canal de distribuição maioritário o *Bancassurance*, tendo o Banco Popular Portugal (atual Banco Santander Totta) como canal preferencial. Recentemente tem vindo a apostar no reforço da sua distribuição no canal da Mediação e Redes Especializadas.

Outras informações sobre a natureza do negócio e do ambiente externo em que a Popular Seguros opera encontram-se nos capítulos II, III e IV do presente Relatório e Contas.

Nota 2 – Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas pela empresa reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10 /2016 R, de 15 de Setembro.

O Plano de Contas atual segue os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto o IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente ao qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e ainda as regras relativas ao reconhecimento e mensuração das provisões técnicas que constam no novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradores e resseguradora, aprovado pela lei nº 147/2015 de 9 de setembro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Tal como descrito a seguir sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Empresa adotou na preparação destas demonstrações financeiras as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Empresa.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. A Empresa opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Empresa efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3 do presente relatório.

No exercício de 2017 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas na preparação da informação financeira relativamente ao exercício anterior.

a) Normas contabilísticas e interpretações emitidas

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2017:

i) IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

ii) IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

b) Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou:

i) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A aplicação da Emenda à IFRS 4, "Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4", a qual produzirá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, tendo por base a intenção comunicada pela ASF de emitir uma Norma Regulamentar no início de 2018, permitirá que uma seguradora que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021. Contudo a Empresa adotou a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018. Ver impactos da adoção na Nota 30.

ii) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

iii) IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

iv) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Ver comentários acima no parágrafo relativo à IFRS 9.

v) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

c) Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

i) Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não é expectável que a adoção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

ii) IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

iii) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

iv) IFRS 9 (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

v) IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

vi) Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

vii) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Interpretações

i) IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

ii) IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.2. Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas, abaixo descritas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos/passivos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Popular Seguros encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença;
- Incêndio e outros danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade civil geral;
- Diversos.

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo depreciados e sujeitos a testes de imparidade. As suas depreciações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, numa base duodecimal, considerando as seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Taxas anuais
Instalações	10%
Máquinas e Aparelhos	10% - 25%
Viaturas	25%
Mobiliário e Equipamento	10% - 33,33%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Empresa capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Empresa opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo amortizados e sujeitos a testes de imparidade. As suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Ativos intangíveis	Taxas anuais
Despesas com Aplicações Informáticas	33,33%
Outros	33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

e) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Empresa classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas**

Os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, podem subdividir-se em duas categorias:

(i) *Ativos financeiros detidos para negociação*

Correspondem, essencialmente, a títulos adquiridos com o objetivo de realização de valias no curto prazo e a instrumentos financeiros derivados que não sejam classificados para cobertura contabilística; e

(ii) *Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas*

Nesta categoria são classificados os títulos que a Empresa considera que (i) os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, e/ou (ii) estes ativos contêm derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

- **Empréstimos e contas a receber**

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação imediata ou num prazo próximo ou que não tenham sido designados como ao justo valor através de ganhos e perdas ou como disponíveis para venda. Poderá ainda englobar valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro e outras transações relacionadas com contratos de seguro.

- **Investimentos a deter até à maturidade**

São os ativos financeiros não derivados sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe serão reclassificados para a classe de ativos financeiros disponíveis para venda.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Popular Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações em (i) ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) empréstimos e contas a receber e (iv) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente registados em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa;
- (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou
- (iii) não obstante, retenha parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

(iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos disponíveis para venda são, igualmente, registados ao justo valor, sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas. As variações ficam reconhecidas em reservas até que os ativos financeiros sejam vendidos ou desreconhecidos. No caso de ser identificada uma perda por imparidade, o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas, é transferido para resultados.

Ainda, relativamente aos ativos disponíveis para venda, no caso dos títulos de rendimento fixo, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito acima.

Os empréstimos e contas a receber e os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Empresa estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo, quando necessário, a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

(iv) Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros das categorias de ativos detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber (*Loans and receivables*) ou para ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e detidos até à maturidade também são permitidas.

A Popular Seguros utilizou com critério para elegibilidade da reclassificação das obrigações classificadas como disponíveis para venda para empréstimos concedidos e contas a receber teve como base a análise de liquidez do ativo, naquela data. A análise da liquidez dos ativos (cotação representativa do seu justo valor) teve por base a verificação cumulativa das seguintes condições: (i) existirem pelo menos três contribuidores de preços disponíveis no sistema de informação financeira *Bloomberg*; (ii) o "spread Bid/Ask" ser inferior ou igual a 50 bps; (iii) a diferença entre os dois melhores contribuidores ("spread Bid/Ask" mais curtos) ser inferior ou igual a 100 bps; e (iv) existirem quantidades significativas de transações superiores ou iguais a 500 mil unidades.

Desde 31 de dezembro de 2014, que não existem registros nas demonstrações financeiras da Popular Seguros de obrigações reclassificadas na categoria de empréstimos concedidos e contas a receber, com base no critério indicado.

(v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Empresa avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Empresa, existe prova objetiva de imparidade, no caso dos instrumentos de capital, quando se verifica a existência de declínio significativo, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização superior a 40% no justo valor ou, quando se verifica a existência de declínio prolongado, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição num período de pelo menos 18 meses.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição/ custo amortizado (no caso de títulos de rendimento fixo) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Qualquer perda de valor subsequente nestes ativos originará perdas por imparidade adicionais a serem reconhecidas em resultados, no respetivo exercício.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição/ custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros

instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

(vi) Ajustamentos para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro são refletidos na rubrica "Devedores – por operações de seguro direto".

Este ajustamento destina-se a reconhecer no resultado da Empresa o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prémios emitidos. O cálculo deste ajustamento é efetuado de acordo com o estipulado na Circular nº 9/2008, de 27 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, tendo em conta uma análise económica dos recibos por cobrar, considerando-se a taxa de incumprimento histórica.

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação de critérios de base económica.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de constituição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

g) Capital social

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como uma dedução dos proveitos, líquida de imposto.

h) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

i) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

j) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

k) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

l) Contratos de seguro

A Empresa emite contratos que incluem risco de seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente, mediante o pagamento de um prémio. Este tipo de contrato cai no âmbito da IFRS 4. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimentos de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 5 do presente Relatório.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores, pela angariação de contratos de seguro.

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao canal de distribuição pela angariação de contratos de seguro. As remunerações contratadas com agentes e angariadores são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémio ou renovação das respetivas apólices.

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisões técnicas

É requerido à Empresa pelas Leis e Normas/Regulamentos, bem como pelos princípios IFRS aplicáveis, o estabelecimento de Provisões Técnicas para fazer face às responsabilidades futuras para com os seus segurados, nomeadamente:

(a) Provisão para prémios não adquiridos

Esta provisão tem como objetivo registar parte dos prémios brutos emitidos, relativa a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Empresa, de acordo com o PCES calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pró-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

(b) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Empresa através da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Empresa de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidades e outros fatores.

De acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, a Empresa regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Empresa e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em gestão no final do exercício.

Relativamente aos sinistros, o montante dos reajustamentos efetuados no ano pode ser visualizado no Anexo 2 e os custos com sinistros no Anexo 3.

(c) Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Empresa, relativamente aos contratos de seguro emitidos, e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para o ramo Acidentes de Trabalho, para além da provisão para sinistros, calcula-se ainda uma provisão matemática para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2016 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamentos de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma provisão matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2016 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

Para as pensões não remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 88/90 com uma taxa de juro de 3% e encargos de gestão de 2%, e para as pensões remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0% (conforme previsto na portaria n.º11/2000).

(d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade, excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco de Fenómenos Sísmicos, o único aplicável, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Empresa.

(e) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos de seguro em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

(f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto em conformidade com o previsto no normativo em vigor, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são

reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem, de acordo com o estipulado na IAS 12.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, não necessitando de se constituir a respetiva provisão, mas apenas ser objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

o) Resseguro

A Popular Seguros cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro de resseguradores

relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar às resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

p) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

q) Juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares, utilizando o método da taxa efetiva. No caso dos juros dos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, a componente de juro não é separada e é classificada na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

r) Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos

como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

s) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Nota 3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são analisadas no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Empresa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. No entanto, o Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras com risco de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os próximos exercícios financeiros prendem-se com as seguintes rubricas:

3.1. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro

As provisões técnicas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a: (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, (iii) provisão para desvios de sinistralidade e, (iv) provisão para sinistros reportados e não reportados.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Empresa avalia periodicamente as suas responsabilidades tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Empresa regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim de uma estimativa resultante das normas/ diplomas legais em vigor e da experiência e conhecimento acumulado da Empresa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Empresa de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

De referir, que poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Empresa, acomodada na provisão IBNR. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Empresa estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Ver adicionalmente a Nota 16.2.

3.3. Imparidade

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus ativos classificados como disponíveis para venda quando existe um declínio prolongado ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de um declínio prolongado ou de valor significativo requer julgamento, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Empresa.

Empréstimos e contas a receber

A Empresa efetua regularmente a análise das perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber numa base individual, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

A determinação de expectativas de perdas futuras nos títulos detidos baseia-se no acompanhamento regular dos emitentes, nomeadamente, da evolução das notações de *rating* das diversas agências. Perante a degradação da perceção de risco do emitente, como é o caso de uma descida significativa das notações de *rating*, a Empresa procede a uma análise detalhada da situação financeira e económica do emitente. Eventuais imparidades são constituídas com base na informação recolhida e na perceção quanto à capacidade de reembolso do título por parte do emitente.

A Empresa considera que a imparidade determinada com base nas metodologias anteriormente descritas permite refletir de forma adequada o risco de crédito associado a estes investimentos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

3.4. Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Nota 4 – Informação por segmentos

Na sua atividade a Empresa dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo Não Vida, tendo considerado como segmentos básicos de negócio os seguintes segmentos:

- Acidentes e Doença;
- Incêndios e Outros Danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade Civil Geral;
- Diversos (ramos Assistência e Proteção Jurídica).

O segmento de Acidentes e Doença, inclui os produtos da Popular Seguros relacionados com a proteção pessoal, nomeadamente, os seguros de Acidentes Pessoais, de Acidentes de Trabalho (segmento particulares e empresas) e o de Saúde.

O seguro de Acidentes Pessoais tem como principal intuito proteger o segurado em caso de acidente. Cobre o risco de acidente com data e ocorrência bem definida, exclusiva e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial do segurado ou torne necessário tratamento médico.

O seguro de Acidentes de Trabalho, visa segurar as pessoas seguras no caso de se verificar um acidente no local de trabalho e no tempo de trabalho, produzindo direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na incapacidade de trabalho. De referir, que este é um seguro obrigatório. Enquadra-se, ainda, no Ramo Acidentes e Doença, o Seguro de Saúde, que sendo um seguro facultativo, muitas vezes é efetuado por empresas como benefício aos seus colaboradores, funcionando assim como um complemento ao serviço nacional de saúde.

Também na componente de proteção pessoal, está incluído o produto de Responsabilidade Civil Família, seguro que cobre o risco do segurado numa eventualidade de ter de vir a indemnizar terceiros por danos que lhes cause, nomeadamente numa atividade, uma profissão ou situação familiar.

Como ofertas de proteção patrimonial, a Popular Seguros tem uma oferta alargada, contemplando seguros de Multirriscos Habitação ou Comércio e seguros Automóvel. Em ambos os casos, a Popular Seguros cobre danos causados no património, mediante as coberturas contratadas (base ou plus nos Multirriscos, e mínimos, médios ou máximos no caso do Automóvel). De referir, ainda, que o seguro automóvel é um seguro obrigatório, podendo o Multirriscos Habitação ou Comércio ser facultativo ou obrigatório, consoante a situação (por exemplo, a cobertura de recheio é por norma facultativa).

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

O quadro anexo evidencia o relato por segmentos de negócio, para os exercícios de 2017 e 2016, detalhando os mesmos entre a posição financeira e a conta de ganhos e perdas, como segue:

1. Demonstração da posição financeira

Ano 2017

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2017							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	261.082	141.846	131.651	1.743	8.067	544.389	400.192	944.581
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.510.283	5.210.608	4.836.123	64.021	296.340	13.917.374	1.847.746	15.765.120
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	2.070.132	2.070.132
Total	3.771.365	5.352.454	4.967.774	65.764	304.408	14.461.764	4.318.070	18.779.834

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2017							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Provisões técnicas	2.212.739	2.782.885	2.582.880	34.192	158.270	7.770.966	-	7.770.966
Outros credores e passivos financeiros	174.061	-	-	-	-	174.061	917.671	1.091.733
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	294.409	294.409
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	182.475	182.475
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.386.801	2.782.885	2.582.880	34.192	158.270	7.945.027	1.394.555	9.339.583

Ano 2016

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2016							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	158.759	234.574	252.902	3.321	12.630	662.185	258.702	920.887
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.953.473	4.257.859	4.590.548	60.275	229.245	12.091.399	2.245.901	14.337.300
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	2.565.399	2.565.399
Total	3.112.232	4.492.433	4.843.450	63.595	241.875	12.753.584	5.070.002	17.823.586

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2016							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Provisões técnicas	1.822.275	2.833.316	3.054.698	40.109	152.547	7.902.944	-	7.902.944
Outros credores e passivos financeiros	269.296	-	-	-	-	269.296	715.090	984.386
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	286.098	286.098
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	185.353	185.353
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.091.571	2.833.316	3.054.698	40.109	152.547	8.172.240	1.186.542	9.358.782

2. Conta de ganhos e perdas**Ano 2017**

Conta de Ganhos e Perdas	2017						Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Não Afetos	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2.099.876	1.429.013	3.348.834	53.558	67.022	-	6.998.303
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(1.473.655)	(887.537)	(3.043.459)	(3.613)	-	-	(5.408.265)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(304)	(84.166)	297.022	-	340	-	212.891
Custos e gastos de exploração líquidos	(649.058)	(302.981)	(522.598)	(32.042)	(38.363)	-	(1.545.043)
Rendimentos	76.744	116.096	108.805	1.529	6.981	78.441	388.596
Gastos financeiros	(49.584)	(69.897)	(59.228)	(1.311)	(2.868)	(18.749)	(201.637)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	83.890	115.185	107.951	1.517	6.927	74.854	390.323
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(736)	(2.137)	(2.002)	(28)	(128)	(17.803)	(22.835)
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(523)	-	-	-	-	(523)
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	11.044	11.044
Resultados antes de impostos	87.172	313.052	235.324	19.609	39.910	127.787	822.855
Impostos	19.614	70.437	52.948	4.412	8.980	28.912	185.302
Resultado líquido do exercício							637.552

Ano 2016

Conta de Ganhos e Perdas	2016						Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Não Afetos	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.686.121	1.438.499	2.877.193	57.586	35.043	-	6.094.442
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(1.001.643)	(649.555)	(2.946.976)	(5.383)	-	-	(4.603.558)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1.187)	(76.865)	(132.065)	-	9.117	-	(201.000)
Custos e gastos de exploração líquidos	(454.961)	58.416	(480.822)	(31.602)	(40.112)	-	(949.080)
Rendimentos	69.601	108.098	116.249	1.632	6.133	322.709	624.422
Gastos financeiros	(39.952)	(50.772)	(44.589)	(1.146)	(1.531)	(23.361)	(161.352)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	63.282	77.873	83.745	1.176	4.418	118.809	349.303
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(8.777)	(21.302)	(22.908)	(322)	(1.209)	(192.883)	(247.401)
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(523)	-	-	-	-	(523)
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	3.586	3.586
Resultados antes de impostos	312.484	883.868	(550.174)	21.941	11.860	228.860	908.839
Impostos	70.309	198.870	(123.789)	4.937	2.668	51.493	204.955
Resultado líquido do exercício							703.884

Nota 5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro**5.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro**

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e de resseguro cedido, são analisados como segue:

	2017					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Prémios adquiridos de seguro direto	2.728.066	4.272.744	3.511.043	106.770	404.441	11.023.064
Prémios brutos emitidos	2.480.948	4.229.618	3.533.643	101.387	411.072	10.756.668
Variação da provisão para prémios não adquiridos	(247.118)	(43.126)	22.599	(5.383)	6.630	(266.397)
Prémios adquiridos de resseguro cedido	628.190	2.843.731	162.210	53.212	337.419	4.024.761
Prémios de resseguro cedido	433.079	2.813.617	162.210	50.491	342.983	3.802.380
Variação da provisão para prémios não adquiridos resseguro	(195.111)	(30.114)	-	(2.721)	5.564	(222.382)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	2.099.876	1.429.013	3.348.834	53.558	67.022	6.998.303

Unidade: Euros

	2016					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Prémios adquiridos de seguro direto	2.312.830	3.945.068	3.029.354	114.232	342.900	9.744.386
Prémios brutos emitidos	2.065.989	4.165.325	3.298.244	107.557	375.203	10.012.318
Variação da provisão para prémios não adquiridos	(246.842)	220.257	268.890	(6.675)	32.302	267.933
Prémios adquiridos de resseguro cedido	626.710	2.506.569	152.162	56.646	307.857	3.649.943
Prémios de resseguro cedido	413.624	2.795.148	152.162	53.366	314.946	3.729.246
Variação da provisão para prémios não adquiridos resseguro	(213.085)	288.579	-	(3.280)	7.089	79.302
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	1.686.121	1.438.499	2.877.193	57.586	35.043	6.094.442

O crescimento dos prémios brutos emitidos de seguro direto em 2017, face ao período homólogo, foi de 7,4%, o correspondente a 744.349 Euros, sendo que cerca de 55,7% deste crescimento foi no ramo Acidentes e Doença. Em termos de prémios adquiridos de seguro direto, verificou-se um incremento de 13,1% face a 2016.

No que respeita aos prémios adquiridos de resseguro cedido, no final de 2017, estes ascenderam ao montante de 4.024.761 Euros (3.649.943 Euros em 2016), verificando-se um crescimento de 10,3% face ao período homólogo.

Em termos gerais, os prémios adquiridos, líquidos de resseguro cedido totalizaram, em 2017, o montante de 6.998.303 Euros (6.094.442 Euros em 2016), registando um crescimento de 14,8% face a 2016. Os ramos Acidentes, Doença e Automóvel foram os que mais contribuíram para este aumento, maioritariamente explicado pelos prémios de seguro direto.

5.2. Discriminação de alguns valores relativos aos seguros não-vida entre seguro direto e resseguro aceite

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2017, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 4, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	2.480.948	2.728.066	1.549.719	618.235	(582.950)
Incêndio e Outros Danos	4.229.618	4.272.744	1.796.119	860.486	(1.377.645)
Automóvel	3.533.643	3.511.043	3.043.459	522.598	(499.629)
Responsabilidade Civil	2.070.038	2.043.435	1.993.330	351.846	(12.329)
Outras coberturas	1.463.604	1.467.608	1.050.128	170.753	(487.300)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	101.387	106.770	4.852	46.879	(37.135)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	15.789	15.680	-	1.503	-
Assistência	395.283	388.761	-	36.861	-
Diversos	-	-	-	-	-
Total	10.756.668	11.023.064	6.394.148	2.086.562	(2.497.359)
Resseguro Aceite					
Total Geral	10.756.668	11.023.064	6.394.148	2.086.562	(2.497.359)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2016, a discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite pode ser vista como segue:

Unidade: Euros					
Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	2.065.989	2.312.830	1.033.142	624.875	(425.297)
Incêndio e Outros Danos	4.165.325	3.945.068	1.191.326	826.232	(1.080.150)
Automóvel	3.298.244	3.029.354	2.946.976	480.822	(460.019)
Responsabilidade Civil	1.909.882	1.765.439	1.762.990	298.778	(88.654)
Outras coberturas	1.388.363	1.263.915	1.183.986	182.044	(371.365)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	107.557	114.232	8.756	48.268	(36.608)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	14.790	13.681	-	1.658	-
Assistência	360.413	329.219	-	38.453	-
Diversos	-	-	-	-	-
Total	10.012.318	9.744.386	5.180.200	2.020.308	(2.002.074)
Resseguro Aceite					
	-	-	-	-	-
Total Geral	10.012.318	9.744.386	5.180.200	2.020.308	(2.002.074)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Nota 6 - Custos com sinistros, líquidos de resseguro

6.1. Indicação dos sinistros reconhecidos resultantes de contratos de seguro

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser analisados no quadro que se segue:

Unidade: Euros						
	2017					
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Custos com sinistros de seguro direto	1.549.719	1.796.119	3.043.459	4.852	-	6.394.148
Montantes pagos - Prestações	900.436	1.802.839	3.195.665	4.019	-	5.902.959
Custos de gestão de sinistros imputados	24.856	97.632	43.442	2.015	-	167.946
Provisão para sinistros (variação)	624.426	(104.353)	(195.648)	(1.183)	-	323.243
Custos com sinistros de resseguro cedido	76.063	908.581	-	1.239	-	985.883
Montantes pagos	78.992	929.021	-	2.010	-	1.010.023
Provisão para sinistros (variação)	(2.929)	(20.440)	-	(771)	-	(24.140)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1.473.655	887.537	3.043.459	3.613	-	5.408.265

Unidade: Euros						
	2016					
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Custos com sinistros de seguro direto	1.033.142	1.191.326	2.946.976	8.756	-	5.180.200
Montantes pagos - Prestações	630.927	1.124.463	2.554.795	5.625	-	4.315.810
Custos de gestão de sinistros imputados	24.802	97.420	43.347	2.011	-	167.580
Provisão para sinistros (variação)	377.413	(30.557)	348.834	1.119	-	696.810
Custos com sinistros de resseguro cedido	31.499	541.771	-	3.372	-	576.642
Montantes pagos	79.999	494.724	-	2.813	-	577.536
Provisão para sinistros (variação)	(48.500)	47.046	-	560	-	(894)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1.001.643	649.555	2.946.976	5.383	-	4.603.558

Os custos de gestão de sinistros imputados, relativamente a 2017 e 2016, registaram o montante de 110.423 Euros e 141.714 Euros, respetivamente, relativos a gastos por natureza a imputar afetos a função sinistros (ver nota 8), e 57.523 Euros e 25.866 Euros, respetivamente, relativos a gastos diretos com a gestão de sinistros, nomeadamente com a Advancecare e contenciosos de sinistros.

Os custos com sinistros de seguro direto apresentaram, em 2017, um crescimento de 23,4% face ao período homólogo, o correspondente a um incremento de 1.213.948 Euros, sendo o ramo Acidentes, Doença e Incêndio e Outros Danos os responsáveis por este crescimento.

No que respeita aos custos com sinistros de resseguro cedido, no final de 2016, estes ascenderam ao montante de 985.883 Euros (576.642 Euros em 2016), verificando-se um acréscimo de 71% face ao período homólogo.

A discriminação dos custos com sinistros de 2017, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 3, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações (1)	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	900.436	24.856	624.426	1.549.719
Incêndio e Outros Danos	1.802.839	97.632	(104.353)	1.796.119
Automóvel	3.195.665	43.442	(195.648)	3.043.459
Responsabilidade Civil	2.017.517	43.442	(67.629)	1.993.330
Outras coberturas	1.178.148	-	(128.019)	1.050.128
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	4.019	2.015	(1.183)	4.852
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	5.902.959	167.946	323.243	6.394.148
Resseguro Aceite				
	-	-	-	-
Total Geral	5.902.959	167.946	323.243	6.394.148

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2016, a discriminação dos custos com sinistros era apresentada da seguinte forma:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações (1)	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	630.927	24.802	377.413	1.033.142
Incêndio e Outros Danos	1.124.463	97.420	(30.557)	1.191.326
Automóvel	2.554.795	43.347	348.834	2.946.976
Responsabilidade Civil	1.539.476	43.347	180.167	1.762.990
Outras coberturas	1.015.319	-	168.667	1.183.986
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	5.625	2.011	1.119	8.756
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	4.315.810	167.580	696.810	5.180.200
Resseguro Aceite				
	-	-	-	-
Total Geral	4.315.810	167.580	696.810	5.180.200

* Sem dedução da parte dos resseguradores

De acordo com os quadros apresentados acima, podemos verificar um aumento dos custos com sinistros em 2017, face a 2016, decorrente do aumento da carteira gerida pela Popular Seguros (aumento do n.º de apólices em vigor). Também é possível, em termos gerais, verificar um aumento nos montantes pagos em 2017, sendo este mais expressivo no ramo Automóvel.

6.2. Indicação dos montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos e ainda não recebidos (IDS), do ramo Automóvel, ascendiam a 69.961 Euros (66.446 Euros em 2016).

6.3. Informação dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas

Os principais rácios de atividade, para o exercício de 2017 e 2016, são como segue:

2017						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Rácio de Sinistralidade (1)	56,8%	42,0%	86,7%	4,5%	0,0%	58,0%
Rácio de Despesas	22,7%	20,1%	14,9%	43,9%	9,5%	18,9%
Rácio de Aquisição (2)	16,0%	13,0%	14,1%	27,7%	9,5%	14,1%
Rácio Administrativo (3)	6,7%	7,1%	0,8%	16,2%	0,0%	4,8%
Rácio Combinado (5)	79,5%	62,2%	101,6%	48,5%	9,5%	76,9%
Rácio de Investimentos (4)	4,4%	3,8%	4,4%	1,7%	2,7%	4,1%
Rácio Total	75,0%	58,4%	97,2%	46,8%	6,8%	72,9%

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Prémios brutos emitidos de Seguro Direto

(5) Rácio que mede o peso dos custos com sinistros e das despesas com aquisição e administração, incluindo os custos imputados a estas funções, sobre o total dos prémios adquiridos

2016						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Rácio de Sinistralidade (1)	44,7%	30,2%	97,3%	7,7%	0,0%	53,2%
Rácio de Despesas	27,0%	20,9%	15,9%	42,3%	11,7%	20,7%
Rácio de Aquisição (2)	19,1%	13,3%	15,0%	27,2%	11,7%	15,3%
Rácio Administrativo (3)	7,9%	7,7%	0,9%	15,1%	0,0%	5,4%
Rácio Combinado (5)	71,7%	51,1%	113,2%	49,9%	11,7%	73,9%
Rácio de Investimentos (4)	4,1%	2,7%	4,0%	1,2%	2,1%	3,4%
Rácio Total	67,6%	48,4%	109,1%	48,7%	9,6%	70,5%

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Prémios brutos emitidos de Seguro Direto

(5) Rácio que mede o peso dos custos com sinistros e das despesas com aquisição e administração, incluindo os custos imputados a estas funções, sobre o total dos prémios adquiridos

Analisando a evolução dos rácios em 2017, comparativamente com o período homólogo, verifica-se um aumento do rácio total de 70,5% para 72,9%, justificado pelo aumento do rácio combinado.

O aumento do rácio combinado (76,9% em 2017 face a 73,9% em 2016) encontra-se justificado pelo aumento do Rácio de Sinistralidade (58% face a 53,2% em 2016), tendo o Rácio da Despesa registado uma ligeira diminuição.

Nota 7 - Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

As outras provisões técnicas, líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2017					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Provisão para desvios de sinistralidade	-	84.166	-	-	-	84.166
Provisão para riscos em curso	304	-	(297.022)	-	(340)	(297.057)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	304	84.166	(297.022)	-	(340)	(212.891)

Unidade: Euros

	2016					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Provisão para desvios de sinistralidade	-	76.865	-	-	-	76.865
Provisão para riscos em curso	1.187	-	132.065	-	(9.117)	124.135
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1.187	76.865	132.065	-	(9.117)	201.000

Unidade: Euros

O valor reconhecido na rubrica outras provisões técnicas, líquidas de resseguro, corresponde à variação da provisão para riscos em curso e à variação da provisão para desvios de sinistralidade.

A Provisão para riscos em curso ascendeu no final de 2017 ao montante de 71.744 Euros (368.802 Euros em 2016), tendo ocorrido um decréscimo no período de 297.057 Euros, justificado essencialmente pelo ramo automóvel.

A provisão para desvios de sinistralidade ascendia no final de 2017 ao montante de 733.018 Euros (648.852 Euros em 2016), correspondendo na totalidade ao ramo Incêndio e Outros Danos.

Nota 8 – Custos e gastos de exploração líquidos

A contabilização dos custos e gastos (custos indiretos) é inicialmente realizada pela sua natureza, sendo posteriormente efetuada uma imputação, tendo por base uma chave de repartição, de acordo com a sua função: à função Sinistros, Aquisição, Administrativa e de Investimentos.

Assim, os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas quatro funções referidas, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas de ganhos e perdas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos (Nota 6);
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros – Outros (Nota 10).

8.1. Indicação dos custos e gastos de exploração líquidos

O montante dos custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Custos de aquisição	1.530.343	1.498.844
Remunerações de intermediação	1.092.588	1.059.859
Outros custos de aquisição	45.881	47.965
Custos imputados	391.873	391.021
Custos de aquisição diferidos (variação)	24.067	(9.405)
Custos administrativos	532.152	530.869
Remunerações de intermediação	865	1.067
Custos imputados	531.287	529.802
Comissões e participação nos resultados de resseguro	541.520	1.071.228
Comissões de Resseguro	663.703	667.530
Participação no resultado de Resseguro	(122.183)	403.698
Total	1.545.043	949.080

Os custos e gastos de exploração líquidos ascenderam em 2017 ao montante de 1.545.043 Euros (949.080 Euros em 2016), representando um incremento de 62,8%, o equivalente a mais 595.962 Euros.

Temos por um lado, os custos de aquisição que registam um aumento na ordem dos 2,1% face a 2016, justificado pelo incremento das remunerações de intermediação, e por outro, uma diminuição na rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro cedido (-49,4% face a 2016), no montante de 541.520 Euros (1.071.228 Euros em 2016).

8.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

A discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos foi a seguinte:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Custos com sinistros (Nota 6)	167.946	167.580
Custos de aquisição	391.873	391.021
Custos administrativos	531.287	529.802
Custos gestão dos investimentos (Nota10)	55.979	59.946
Total	1.147.085	1.148.349

Nos últimos anos e na sequência das alterações ocorridas com o alargamento do negócio não vida a novos ramos, e dado que existiram alterações na operacionalidade da Empresa (por exemplo: revisão e alteração dos processos de subscrição e sinistros, automatização de processos anteriormente efetuados manualmente, diferentes políticas de resseguro, dinamização de outros canais de distribuição, alteração da Direção Comercial, etc.), a Popular Seguros tem procedido a revisões sistemáticas da adequabilidade dos critérios de imputação de custos, para que os mesmos reflitam de forma adequada a realidade operacional de cada um dos negócios, neste caso específico, o do segmento de não vida, no entanto, e dado que não se verificaram alterações significativas em 2017, o critério de imputação não foi alterado neste exercício.

A Metodologia adotada no que se refere à imputação dos custos resume-se aos seguintes pontos:

- Definição dos conceitos inerentes a cada função, de forma a adotar critérios uniformes em cada Direção/Gabinete;
- Agrupamento dos Centros de Custo, de acordo o critério de apresentarem (ou não) características idênticas;
- Identificação por Centro de Custo, numa primeira fase, do tempo despendido por função (Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos), tendo por base a ferramenta *Optimiza*, na qual todos os colaboradores registam as suas atividades diárias;
- Numa segunda fase, utilizou-se como processo complementar, informação extraída do Fortis (ferramenta documental e que funciona para alguns processos como *Workflow*), quantificado o número de documentos tratados por processo (por exemplo: Subscrição, Alterações de Apólices, Investimentos, etc.) e por Centro de Custo;
- Após análise da informação recorrente dos dois pontos mencionados anteriormente, as percentagens finais de imputação de custos a cada uma das funções, foram alvo de envolvimento de todas as áreas, de forma a garantir que as percentagens apuradas espelhavam a realidade de cada Direção e da Empresa como um todo.

No quadro que se segue, é apresentado em termos de valores e percentagens, a imputação dos gastos baseados na sua natureza, por cada uma das funções de imputação, para os anos de 2017 e 2016:

Descrição	2017								
	Total	Sinistros		Aquisição		Administrativos		Investimentos	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoal	10.655	-	0,0%	-	0,0%	10.655	100,0%	-	0,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.010.378	151.557	15,0%	353.632	35,0%	469.826	46,5%	35.363	3,5%
Impostos	48.545	7.282	15,0%	16.991	35,0%	22.573	46,5%	1.699	3,5%
Amortizações	60.715	9.107	15,0%	21.250	35,0%	28.233	46,5%	2.125	3,5%
Juros Suportados	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	100,0%
Comissões	16.792	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	16.792	100,0%
Total	1.147.085	167.946	14,6%	391.873	34,2%	531.287	46,3%	55.979	4,9%

Unidade: Euros

Descrição	2016									
	Sinistros			Aquisição		Administrativos		Investimentos		
	Total	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Pessoal	10.303	-	0,0%	-	0,0%	10.303	100,0%	-	0,0%	
Fornecimentos e Serviços Externos	1.013.274	151.991	15,0%	354.646	35,0%	471.173	46,5%	35.465	3,5%	
Impostos	43.969	6.595	15,0%	15.389	35,0%	20.446	46,5%	1.539	3,5%	
Amortizações	59.959	8.994	15,0%	20.986	35,0%	27.881	46,5%	2.099	3,5%	
Juros Suportados	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	100,0%	
Comissões	20.844	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	20.844	100,0%	
Total	1.148.349	167.580	14,6%	391.021	34,1%	529.802	46,1%	59.946	5,2%	

8.3. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

No quadro abaixo, está a discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza:

Unidade: Euros

	2017	2016
Gastos com o pessoal	10.655	10.303
Fornecimentos e serviços externos		
Conservação e reparação	280.075	272.370
Cedência de pessoal	229.128	230.125
Trabalhos especializados	207.763	122.873
Comunicações	91.765	87.936
Custos com cobrança de prémios	74.254	70.745
Rendas e alugueres	42.662	42.662
Contact Center	26.875	28.782
Quotizações	21.856	16.174
Atendimento de sinistros	19.483	19.483
Contencioso e notariado	6.785	48.721
Custos com trabalho independente	4.982	65.805
Outros	4.751	2.759
Publicidade e propaganda	-	4.839
Sub-Total	1.010.378	1.013.274
Impostos e taxas	48.545	43.969
Amortizações do exercício		
Ativo Intangível (Nota 21)	60.715	59.959
Ativo Tangível (Nota 20)	-	-
Sub-Total	60.715	59.959
Comissões	16.792	20.844
Total	1.147.085	1.148.349

Os gastos totais da Empresa ascenderam, em 2017, ao montante de 1.147.085 Euros (1.148.349 Euros em 2016), apresentando um decréscimo de 1% face ao período homólogo. Da totalidade dos gastos registados em 2017, os fornecimentos e serviços externos representam 88,1%, seguido dos gastos com amortizações do exercício com 5,3%.

Gastos com pessoal

a) Indicação do montante das despesas com o pessoal referente ao exercício

A Popular Seguros à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 não apresenta custos com pessoal direto uma vez que opera com pessoal em regime de cedência com a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A..

Durante o exercício de 2017, a Popular Seguros registou um custo no montante de 10.655 Euros (10.303 Euros em 2016) referente a remunerações com os membros da Assembleia Geral e com o Conselho Fiscal, tendo este custo sido registado na rubrica de Custos com pessoal.

b) Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, de forma direta ou indireta

A política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Popular Seguros tem como objetivo remunerar de forma justa, eficiente e competitiva os Órgãos, tendo em atenção a performance individual de cada membro, bem como o seu contributo para a Empresa como um todo.

De acordo com o disposto n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, a Empresa submete, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral a política de remuneração dos respetivos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) da Popular Seguros são registados na rubrica de trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 36.285 Euros (2016: 30.689 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Empresa no montante de 23.985 Euros (2016: 10.394 Euros) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial exigidos ao Revisor Oficial de Contas no montante de 12.300 Euros (2016: 20.295 Euros). No exercício de 2016, o ROC prestou ainda o serviço de certificação da informação de abertura respeitante ao primeiro ano de aplicação da Diretiva de Solvência II no montante de 9.225 Euros, incluindo IVA.

Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimento e serviços externos registou uma ligeira diminuição face a 2016, devendo-se essencialmente aos seguintes fatores:

- Decréscimo dos custos com Trabalho independente e Contencioso e notariado, no montante de 60.824 Euros e 41.936 Euros, respetivamente.
- Aumento dos custos com trabalhos especializados, no montante de 84.890 Euros.

Nota 9 – Rendimentos

A distribuição, por categoria de investimento, dos rendimentos reconhecidos, para os períodos de 2017 e 2016, foi a seguinte:

Rendimentos	2017			2016		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
	Unidade: Euros					
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	301.859	60.048	361.907	233.065	90.790	323.856
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Juros	301.732	59.972	361.704	232.984	90.762	323.746
Empréstimos e contas a receber						
Juros	127	75	203	81	28	109
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Outros	8.296	18.393	26.689	68.648	231.919	300.566
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Dividendos	8.296	18.393	26.689	68.648	231.919	300.566
Total	310.155	78.441	388.596	301.713	322.709	624.422

Em 2017, o montante de proveitos relativos a juros e dividendos de investimentos financeiros apresentou um crescimento, face a 2016, justificado principalmente pela distribuição de rendimentos do UP's do Fundo de Investimento Imobiliário "Aberdeen".

Nota 10 – Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros acomoda o alisamento à taxa efetiva dos títulos de rendimento fixo em carteira e os custos imputados à função investimentos.

Nos exercícios de 2017 e 2016 os gastos financeiros foram os seguintes:

Gastos financeiros	2017			2016		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
	Unidade: Euros					
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	126.909	18.749	145.658	78.045	23.361	101.406
Ativos disponíveis para venda	126.909	18.749	145.658	78.045	23.361	101.406
Empréstimos e contas receber	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Outros	55.979	-	55.979	59.946	-	59.946
Custos imputados (Nota 8)	55.979	-	55.979	59.946	-	59.946
Total	182.888	18.749	201.637	137.991	23.361	161.352

Nota 11 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação foi, como segue:

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2017			2016		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
De ativos disponíveis para venda	315.469	74.854	390.323	230.494	118.809	349.303
Ações e outros títulos de rendimento variável	(6.723)	-	(6.723)	(15.750)	397	(15.353)
Mais valias realizadas	622	-	622	2.579	4.100	6.679
Menos valias realizadas	(7.345)	-	(7.345)	(18.329)	(3.704)	(22.032)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	322.192	74.854	397.045	246.244	118.412	364.656
Mais valias realizadas	322.941	74.854	397.795	260.987	135.440	396.427
Menos valias realizadas	(749)	-	(749)	(14.743)	(17.028)	(31.771)
De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	-	-	-
Total	315.469	74.854	390.323	230.494	118.809	349.303

Em 2017, o montante de Ganhos líquidos registados nos ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, apresentou um decréscimo quando comparado com o ano anterior.

Nota 12 – Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2017 e 2016 são analisadas como segue:

Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	2017			2016		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
De ativos disponíveis para venda	5.032	17.803	22.835	54.518	192.883	247.401
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	5.032	17.803	22.835	54.518	192.883	247.401
De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	-	-	-
Total	5.032	17.803	22.835	54.518	192.883	247.401

Durante o ano de 2017 foram registadas perdas por imparidade no montante de 22.835 Euros (247.401 Euros em 2016) referentes aos títulos, "Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)".

O registo destes montantes teve por base os critérios mencionados na Nota 2.2 e encontra-se detalhado no quadro abaixo.

O detalhe dos títulos sobre os quais foi registada imparidade é como segue:

Unidade: Euros					
Designação do título	ISIN	Imparidade 31-12-2016	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2017
Ações e outros títulos de rendimento variável					
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	LU0396620352	473.008	22.835	-	495.843
Vision Escritorios Fundo	PTNOFAIM0008	35.387	-	-	35.387
Maxirent	PTMXROI0008	14.110	-	-	14.110
Total		522.505	22.835	-	545.340

Unidade: Euros					
Designação do título	ISIN	Imparidade 31-12-2015	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2016
Ações e outros títulos de rendimento variável					
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	LU0396620352	225.607	247.401	-	473.008
Vision Escritorios Fundo	PTNOFAIM0008	35.387	-	-	35.387
Maxirent	PTMXROI0008	14.110	-	-	14.110
Total		275.104	247.401	-	522.505

Entre 2016 e 2017, a imparidade evoluiu como segue:

Unidade: Euros		
	2017	2016
Saldo inicial	522.505	275.104
Reforço de imparidade	22.835	247.401
Libertação de imparidade	-	-
Saldo final	545.340	522.505

Nota 13 – Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

A rubrica de outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, decompõe-se como segue:

Unidade: Euros		
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	2017	2016
Outros rendimentos/ gastos técnicos		
Rendimentos	-	-
Outros rendimentos técnicos	-	-
Gastos	523	523
Comissões de gestão de co-seguro	523	523
Outros gastos técnicos	-	-
Total	(523)	(523)

Os movimentos ocorridos na rubrica Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, a 31 de dezembro de 2017 são referentes a comissões de co-seguro no valor de 523 Euros (523 Euros em 2016).

Nota 14 – Outros rendimentos/ gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, decompõem-se como segue:

Unidade: Euros		
Outros rendimentos/gastos	2017	2016
Outros rendimentos/ gastos não técnicos		
Rendimentos	14.048	10.210
Excesso da estimativa de imposto	848	66
Correções de exercícios anteriores	12.039	8.938
Retenção de IRC sobre UP's de F.I.	888	745
Outros rendimentos não técnicos	274	462
Gastos	3.005	6.625
Oferta a clientes	-	-
Multas e penalidades	333	1.724
Correções de exercícios anteriores	1.194	435
Outros gastos não técnicos	1.477	4.466
Total	11.044	3.586

A rubrica de outros rendimentos/gastos não técnicos registaram em 2017 um montante de 11.044 Euros (3.586 Euros em 2016), apresentando um incremento, face a 2016.

A rubrica que mais impacto teve em termos de rendimento foi a de "Correções de exercícios anteriores", (12.039 Euros em 2017 face a 8.938 Euros em 2016). No que diz respeito aos gastos, a rubrica que apresenta um valor mais significativo são os "Outros Gastos não técnicos" (1.477 Euros em 2017 face a 4.466 Euros em 2016).

Nota 15 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem decompunha-se em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como se segue:

Unidade: Euros		
	2017	2016
Numerário	672	827
Depósitos à ordem	943.909	920.060
Sub-Total	944.581	920.887
Depósitos a prazo imediatamente mobilizáveis	-	-
Total	944.581	920.887

Em depósitos à ordem estão refletidos, entre outros, os depósitos à ordem no Banco Santander Totta, S.A. no montante de 940.674 Euros (678.500 Euros em 2016).

Nota 16 – Instrumentos Financeiros

16.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros da Empresa, em 31 de dezembro de 2017, está apresentada no Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Ativos disponíveis para venda	15.765.120	14.337.300
Empréstimos e contas a receber	-	-
Total participações e instrumentos financeiros	15.765.120	14.337.300

16.2. Análise das classes de ativos financeiros não valorizados a justo valor

O justo valor dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisado como segue:

	2017		2016	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	944.581	944.581	920.887	920.887
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	505.978	505.978	585.301	585.301
Total Ativos Financeiros	1.450.559	1.450.559	1.506.188	1.506.188

Tendo em conta que estes ativos são de curto prazo, com exceção dos empréstimos e contas a receber, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data de balanço.

16.3. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Empresa é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

Unidade: Euros

	2017			2016		
	Seguro não vida	Não Afetos	TOTAL	Seguro não vida	Não Afetos	TOTAL
Caixa e equivalentes	544.389	400.192	944.581	662.185	258.702	920.887
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.917.374	1.847.746	15.765.120	12.091.399	2.245.901	14.337.300
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	2.070.132	2.070.132	-	2.565.399	2.565.399
Total	14.461.764	4.318.070	18.779.834	12.753.584	5.070.002	17.823.586

Nota 17 – Ativos disponíveis para venda

A rubrica ativos disponíveis para venda decompunha-se em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

Unidade: Euros

Ativos disponíveis para venda	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	15.349.345	13.988.024
De dívida pública	10.721.613	9.375.506
De outros emissores públicos	1.387.723	991.220
De outros emissores	3.240.009	3.621.299
Ações e outros títulos de rendimento variável	415.775	349.276
Total	15.765.120	14.337.300

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Unidade: Euros

Ativos disponíveis para venda	2017			
	Custo Amortizado* /Custo de Aquisição	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço*
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.970.850	378.496	-	15.349.345
De dívida pública	10.407.852	313.762	-	10.721.613
De outros emissores públicos	1.366.378	21.345	-	1.387.723
De outros emissores	3.196.620	43.389	-	3.240.009
Ações e outros títulos de rendimento variável	940.445	20.670	545.340	415.775
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	15.911.295	399.165	545.340	15.765.120

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Unidade: Euros

2016				
Ativos disponíveis para venda	Custo Amortizado /Custo de Aquisição	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço*
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.044.742	(56.719)	-	13.988.024
De dívida pública	9.522.615	(147.110)	-	9.375.506
De outros emissores públicos	982.885	8.335	-	991.220
De outros emissores	3.539.242	82.057	-	3.621.299
Ações e outros títulos de rendimento variável	851.889	19.891	522.505	349.276
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	14.896.631	(36.827)	522.505	14.337.300

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7, em 2017 e 2016:

Unidade: Euros

2017				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	15.349.345	-	-	15.349.345
Títulos de rendimento variável	415.775	-	-	415.775
Total	15.765.120	-	-	15.765.120

Unidade: Euros

2016				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	13.988.024	-	-	13.988.024
Títulos de rendimento variável	349.276	-	-	349.276
Total	14.337.300	-	-	14.337.300

Nota 18 – Outros ativos tangíveis

A rubrica Outros ativos tangíveis, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresenta saldo nulo.

Nota 19 – Outros ativos intangíveis

A rubrica Outros ativos intangíveis decompunha-se, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações/ Imparidade	Saldo final 2017		
	Valor líquido		Aquisições	Reavaliações				Reforço	Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade
Despesas com aplicações informáticas	106.027		-	-	-	-	60.715	899.807	854.495	45.312
Ativos intangíveis em curso	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Total	106.027		-	-	-	-	60.715	899.807	854.495	45.312

	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações/ Imparidade	Saldo final 2016		
	Valor líquido		Aquisições	Reavaliações				Reforço	Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade
Despesas com aplicações informáticas	65.740		100.245	-	-	-	59.959	899.807	793.780	106.027
Ativos intangíveis em curso	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Total	65.740		100.245	-	-	-	59.959	899.807	793.780	106.027

A amortização do exercício do ativo intangível ascendeu ao montante de 60.715 Euros (59.959 Euros em 2016) o qual se encontra repartido por funções da seguinte forma:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Amortizações do exercício de ativos intangíveis		
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	9.107	8.994
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	21.250	20.986
Gastos administrativos	28.233	27.881
Gastos financeiros		
Outros	2.125	2.099
Total	60.715	59.959

Nota 20 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

As rubricas de Provisões técnicas, líquidas de resseguro decompunham-se, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, como se segue:

Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido	2017			2016		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	3.480.342	965.402	2.514.940	3.722.671	1.293.343	2.429.328
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	3.485.862	430.751	3.055.110	3.162.619	454.891	2.707.728
De vida	-	-	-	-	-	-
De acidentes de trabalho	1.347.247	-	1.347.247	743.217	-	743.217
De outros	2.138.615	430.751	1.707.863	2.419.402	454.891	1.964.511
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	733.018	-	733.018	648.852	-	648.852
Provisão para riscos em curso	71.744	-	71.744	368.802	-	368.802
Outras provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Total	7.770.966	1.396.153	6.374.813	7.902.944	1.748.234	6.154.710

20.1. Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos (PPNA), líquida de resseguro é analisada como segue:

Provisão para prémios não adquiridos	2017			2016		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	624.898	219.111	405.787	859.164	471.729	387.436
Incêndio e outros danos	1.346.565	589.382	757.183	1.376.809	667.239	709.569
Automóvel	1.320.047	-	1.320.047	1.299.195	-	1.299.195
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	30.562	12.816	17.746	35.296	15.846	19.449
Diversos	158.270	144.093	14.177	152.208	138.529	13.679
Total	3.480.342	965.402	2.514.940	3.722.671	1.293.343	2.429.328

Em relação à componente de seguro direto, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Provisão para prémios não adquiridos - Seguro Direto	2017			2016		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos
Acidentes e Doença	816.785	(191.888)	624.898	1.063.903	(204.739)	859.164
Incêndio e outros danos	1.472.224	(125.659)	1.346.565	1.515.349	(138.541)	1.376.808
Automóvel	1.463.046	(142.999)	1.320.047	1.440.447	(141.252)	1.299.195
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	34.665	(4.103)	30.562	40.048	(4.752)	35.296
Diversos	174.905	(16.635)	158.270	168.275	(16.067)	152.208
Total	3.961.625	(481.284)	3.480.342	4.228.022	(505.351)	3.722.671

Em relação à componente de resseguro cedido, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Provisão para prémios não adquiridos - Resseguro Cedido	2017			2016		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos
Acidentes e Doença	394.399	(175.287)	219.111	589.510	(117.781)	471.729
Incêndio e outros danos	816.258	(226.876)	589.382	846.372	(179.133)	667.239
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	17.087	(4.271)	12.816	19.808	(3.962)	15.846
Diversos	144.093	-	144.093	138.529	-	138.529
Total	1.371.837	(406.435)	965.402	1.594.219	(300.876)	1.293.343

20.2. Provisão para sinistros

A Provisão para sinistros, líquida de resseguro é analisada como segue:

Provisão para sinistros	2017			2016		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	1.586.351	45.732	1.540.618	961.924	48.661	913.264
Incêndio e outros danos	703.302	383.581	319.720	807.655	404.021	403.633
Automóvel	1.192.579	-	1.192.579	1.388.227	-	1.388.227
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	3.630	1.438	2.192	4.813	2.209	2.604
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	3.485.862	430.751	3.055.110	3.162.619	454.891	2.707.728

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes e Doença está incluído o montante de 838.207 Euros (324.238 Euros em 2016) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

O saldo da provisão para sinistros de seguro direto inclui uma provisão estimada no montante de 592.769 Euros (378.228 Euros em 2016) relativo a sinistros ocorridos ainda não reportados (IBNR).

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 68.084 Euros (44.351 Euros em 2016) relativo a sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 2, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	-	-	-	-
Não Vida	3.162.619	1.952.187	1.015.860	(194.572)
Acidentes e Doença	961.924	511.294	680.152	229.521
Incêndio e Outros Danos	807.655	425.616	76.589	(305.450)
Automóvel	1.388.227	1.014.279	259.119	(114.829)
Responsabilidade Civil	978.454	792.785	187.471	1.803
Outras coberturas	409.773	221.494	71.648	(116.632)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	4.813	999	-	(3.814)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	3.162.619	1.952.187	1.015.860	(194.572)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	-	-	-	-
Não Vida	2.465.809	1.340.397	951.580	(173.833)
Acidentes e Doença	584.511	283.265	304.312	3.066
Incêndio e Outros Danos	838.211	470.403	303.164	(64.645)
Automóvel	1.039.393	583.495	343.003	(112.895)
Responsabilidade Civil	798.287	413.857	271.710	(112.719)
Outras coberturas	241.107	169.638	71.293	(176)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.694	3.234	1.100	641
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	2.465.809	1.340.397	951.580	(173.833)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

20.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A Provisão para desvios de sinistralidade, refletida no passivo, é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para desvios de sinistralidade	2017			2016		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	733.018	-	733.018	648.852	-	648.852
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	733.018	-	733.018	648.852	-	648.852

20.4. Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso, refletida no passivo, é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para riscos em curso	2017			2016		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	1.491	-	1.491	1.187	-	1.187
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	-	-
Automóvel	70.253	-	70.253	367.275	-	367.275
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	340	-	340
Total	71.744	-	71.744	368.802	-	368.802

20.5. Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros verificando-se, nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

No que respeita aos prémios, importa referir que os mesmos estão em conformidade com as bases técnicas das modalidades a comercializar pela seguradora, tendo a sua determinação obedecido às regras estabelecidas nos n.º 3 e 4 do artigo 68º do decreto-lei n.º 251/2003, de 14 de outubro, concluindo-se, para o exercício de 2017, pela adequação das tarifas e consequentemente dos prémios.

Relativamente às provisões, as mesmas são calculadas contrato a contrato, segundo um método atuarial prudente e que considere o método de avaliação dos ativos que as represente. Para o exercício de 2017, as tarifas comercializadas revelam-se adequadas, assim como as provisões técnicas.

Os mapas demonstrativos da situação de representação das provisões técnicas a 31 de dezembro de 2017, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, evidenciam um total de provisões técnicas de 8.252.249 Euros (8.408.295 Euros em 2016) e um total de ativos a representar as referidas provisões de 14.461.764 Euros (12.753.584 Euros em 2016). As responsabilidades da Empresa encontravam-se cobertas a 31 de dezembro de 2017 em 175,25% (151,68% em 2016).

A representação da distribuição das provisões técnicas por carteira, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, era a seguinte:

Unidade: Euros		
Provisões / Passivos Financeiros	2017	2016
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida e operações de capitalização excluindo as provisões e passivos financeiros relativos a seguros e operações ligados a fundos de investimento e os enquadrados no regime de fundos de poupança	-	-
Provisão matemática e Provisão para compromissos de taxa relativas a seguros ligados a fundos de investimento	-	-
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida enquadrados no regime de fundos de poupança excluindo os seguros ligados a fundos de investimento	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros ligados a fundos de investimento, enquadrados no regime de fundos de poupança	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados"	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados" apenas pelo facto de já se encontrarem em comercialização à data de divulgação da Norma n.º 13/2003-R (n.º 7 do artigo 10.º)	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que sejam qualificados como "Não Normalizados"	-	-
Provisões Técnicas do seguro de Acidentes de Trabalho	1.402.487	802.554
Provisões Técnicas e passivos financeiros dos Ramos Não Vida, excluindo as relativas ao seguro de Acidentes de Trabalho	6.849.762	7.605.741
Total	8.252.249	8.408.295

Nota 21 – Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

21.1 Ativo e Ajustamentos

A rubrica Outros devedores por operações de seguros e outras operações, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, desagrega-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		
Contas a receber por operações de seguro direto	467.644	572.508
Tomadores de Seguros - Recibos por Cobrar	380.898	505.345
Reembolsos de Sinistros	69.961	66.446
Contas correntes de co-seguro	16.645	717
Contas correntes de co-seguro	140	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	28.712	-
Resseguradores	28.712	-
Ressegurados	-	-
Contas a receber por outras operações	9.621	12.793
Total	505.978	585.301

A Empresa procedeu ao cálculo do ajustamento de recibos por cobrar de acordo com o definido na política contabilística 2.2. e), no entanto, não foi apurado qualquer montante a registar contabilisticamente.

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos e ainda não recebidos (IDS) eram, em 31 de dezembro de 2017, no montante de 69.961 Euros (66.446 Euros em 2016).

21.2 Passivo

A rubrica Outros credores por operações de seguros e outras operações, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, desagrega-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	169.713	269.785
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	16.085	8.394
Tomadores de seguro (prémios recibos antecipadamente)	40.753	61.146
Mediadores de seguros	87.742	124.056
Contas correntes de co-seguro	25.133	66.652
Reembolsos de Sinistros	-	9.536
Contas a pagar por outras operações de resseguro	532.799	396.885
Resseguradores	532.799	396.885
Ressegurados	-	-
Contas a pagar por outras operações	215.160	48.420
Prestadores de Serviços	198.173	37.487
Comissões de Intermediação	-	-
Operações a Liquidar	-	-
Outros valores a pagar	16.987	10.933
Total	917.671	715.090

Nota 22 – Ativos e passivos por impostos

A Empresa está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

As declarações de autoliquidação da Empresa ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2017 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21% (21% em 2016), aplicável à matéria coletável da Empresa. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascendeu a 1,5% (1,5% em 2016).

22.1. Decomposição de ativos e passivos por impostos

As rubricas Ativos e Passivos por Impostos, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, decompõem-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Ativos por Impostos		
Ativos por impostos correntes	-	-
Imposto sobre rendimento	-	-
Ativos por impostos diferidos	122.690	125.838
Total	122.690	125.838
Passivos por Impostos		
Passivos por impostos correntes	204.597	286.098
Imposto sobre o rendimento	-	53.835
Retenção de imposto na fonte	1.789	5.816
Imposto de selo	92.293	101.711
Outros impostos e taxas	110.515	124.736
Passivos por impostos diferidos	89.812	-
Total	294.409	286.098

Em 2016, a Popular Seguros, através da sua acionista (Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.) passou a fazer parte de um Grupo Fiscal ao abrigo do Regime Especial dos Grupos de Sociedades (RETGS), no qual o Banco Popular Portugal foi designado como sociedade dominante do grupo.

Assim, em 2016, e de acordo com esse regime os pagamentos por conta no montante de 206.040 Euros ainda foram efetuados diretamente à Autoridade Tributária, sendo que o diferencial para o valor apurado de IRC, no montante de 259.875 Euros, liquidado ao Banco Popular Portugal.

Neste contexto, e uma vez que o Grupo Fiscal apresentou, em 2016, resultado fiscal negativo a Popular Seguros não teve de efetuar pagamentos por conta em 2017 e no final do ano registou o Valor do IRC a pagar no montante de 189.552 Euros na conta da Sociedade Dominante do Grupo Fiscal.

Salientamos ainda, que com a incorporação por fusão do Banco Popular Portugal no Banco Santander Totta, no dia 27 de dezembro de 2017, a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. passou a ser a sociedade dominante do grupo, acima descrito.

Os movimentos relevantes de ativos e passivos por impostos diferidos encontram-se descritos abaixo.

22.2. Decomposição dos principais componentes de gasto de impostos

Os principais componentes de gastos de impostos foram os seguintes:

(a) Em 31 de dezembro de 2017 estimou-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 190.440 Euros (260.620 Euros em 2016) e um imposto diferido (variação) no montante de -5.138 Euros (-55.665 Euros em 2016).

(b) Anexa-se o quadro ilustrativo com o efeito dos impostos diferidos nas rubricas de ativo, passivo, capital próprio e resultados:

Unidade: Euros

	Saldo de Balanço em 2016	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2017
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Ativos por impostos diferidos	125.838	(5.138)	8.286	122.690
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.286	-	8.286	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda	117.552	(5.138)	-	122.690
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	(89.812)	89.812
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(89.812)	89.812
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Impostos diferidos líquidos	125.838	(5.138)	98.098	32.878

Unidade: Euros

	Saldo de Balanço em 2015	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2016
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Ativos por impostos diferidos	61.886	(55.665)	(8.286)	125.838
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(8.286)	8.286
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda	61.886	(55.665)	-	117.552
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	2.967	-	2.967	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.967	-	2.967	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Impostos diferidos líquidos	58.919	(55.665)	(11.253)	125.838

O ativo por impostos diferidos, no valor de 122.690 Euros (117.552 Euros em 2016), corresponde ao efeito fiscal sobre as perdas por imparidade de ativos financeiros, no montante de 545.340 Euros (522.505 Euros em 2016). O passivo por impostos diferidos, no montante de 89.812 Euros (ativo: 8.286 Euros em 2016), corresponde ao efeito fiscal sobre a valorização dos ativos disponíveis para venda no montante de 399.165 Euros (desvalorização: 36.827 Euros em 2016).

22.3. Explicitação do relacionamento entre o gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa efetiva de imposto está indicada no quadro seguinte:

		Unidade: Euros	
Reconciliação da taxa efetiva de imposto		2017	2016
Resultado antes de Imposto		822.855	908.839
Taxa de imposto nominal (IRC mais Derrama)	22,5% (2016: 22,5%)	185.142	204.489
Custo do IRC		185.302	204.955
Imposto corrente		190.440	260.620
Imposto diferido		(5.138)	(55.665)
Diferença entre taxa nominal e efetiva		(160)	(466)
Taxa efetiva		22,52%	22,55%
Ajustamentos fiscais no exercício		160	466
Correções de impostos de exercícios anteriores		269	98
Outros		(109)	368
Crédito fiscal extraordinário ao investimento		-	-
Alteração de estimativa em impostos diferidos		-	-
Total de diferenças no exercício		160	466

22.4. Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados no capital próprio

A reserva por impostos diferidos está relacionada com a Reserva de Reavaliação associada aos ativos disponíveis para venda, registada em Capital Próprio cujo valor, a 31 de dezembro de 2017, ascendia a 399.165 Euros (menos 36.827 Euros em 2016).

O quadro seguinte mostra o imposto calculado sobre as rubricas de capital próprio (variação do ano):

		Unidade: Euros	
		2017	2016
Saldo inicial		8.286	(2.967)
Imposto corrente		-	-
Imposto diferido		(98.098)	11.253
Imposto sobre prejuízo fiscal apurado		-	-
Var. Res. de Reavaliação de carteiras de seguro não-vida e não afetas		(98.098)	11.253
Saldo final		(89.812)	8.286

Nota 23 – Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos no passivo, a 31 de dezembro de 2017, apresenta um valor de 182.475 Euros (185.353 Euros em 2016). Deste valor, 27.258 Euros (35.316 Euros em 2016) respeitam aos honorários dos Órgãos Sociais, 37.985 Euros (11.037 Euros em 2016) a serviços de Consultoria e Auditoria e 96.962 Euros (119.486 Euros em 2016) a comissões variáveis devidas a mediadores.

Nota 24 – Outros passivos financeiros

A rubrica Outros Passivos Financeiros – Depósitos recebidos de resseguradores, a 31 de dezembro de 2017, apresenta um valor de 174.061 Euros (269.296 Euros em 2016) referente a Depósitos recebidos de resseguradores. Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Nota 25 – Capital Próprio

25.1. Capital

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e à desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação, assim como perdas inesperadas não representadas pelas provisões técnicas.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da **POPULAR SEGUROS**, era integralmente detido pela EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, S. A. e encontrava-se representado por 1.500.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 Euros cada, as quais estavam, naquela data, inteiramente pagas.

A composição do Capital Social e os seus detentores para os anos de 2017 e 2016 foi como segue:

	2017			2016		
	Nº de ações	Valor	%	Nº de ações	Valor	%
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	1.500.000	7.500.000	100%	1.500.000	7.500.000	100%
Total	1.500.000	7.500.000	100%	1.500.000	7.500.000	100%

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Empresa.

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário	637.552	703.884
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.500.000	1.500.000
Resultado por Ação básico	0,425	0,469

Em 2016, foram distribuídos dividendos, no montante de 2.720.239 Euros, não estando previsto, conforme proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral, distribuição de dividendos em 2018 relativamente ao exercício de 2017.

25.2. Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as reservas de reavaliação decompunham-se como segue:

Unidade: Euros

	2017			
	Custo amortizado-/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Variação do Justo Valor	Reserva de reavaliação **
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.911.295	545.340	(146.174)	399.165
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.970.850	-	378.496	378.496
De dívida pública	10.407.852	-	313.762	313.762
De outros emissores públicos	1.366.378	-	21.345	21.345
De outros emissores	3.196.620	-	43.389	43.389
Ações e outros títulos de rendimento variável	940.445	545.340	(524.670)	20.670
Total	15.911.295	545.340	(146.174)	399.165

* Inclui o valor dos juros decorridos

** Ver reconciliação com a reserva de reavaliação no quadro abaixo

Unidade: Euros

	2016			
	Custo amortizado-/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Variação do Justo Valor	Reserva de reavaliação **
Ativos financeiros disponíveis para venda	14.896.631	522.505	(559.332)	(36.827)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.044.742	-	(56.719)	(56.719)
De dívida pública	9.522.615	-	(147.110)	(147.110)
De outros emissores públicos	982.885	-	8.335	8.335
De outros emissores	3.539.242	-	82.057	82.057
Ações e outros títulos de rendimento variável	851.889	522.505	(502.613)	19.891
Total	14.896.631	522.505	(559.332)	(36.827)

* Inclui o valor dos juros decorridos

** Ver reconciliação com a reserva de reavaliação no quadro abaixo

A movimentação da reserva de reavaliação durante os exercícios de 2017 e 2016 foi como segue:

Unidade: Euros

	Saldo em 2016	Movimento do período			Saldo em 2017
		Imparidade	Variação do Justo Valor	Amortização da Reserva de reavaliação	
Ativos financeiros disponíveis para venda	(36.827)	22.835	413.157	-	399.165
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(56.719)	-	435.214	-	378.496
De dívida pública	(147.110)	-	460.871	-	313.762
De outros emissores públicos	8.335	-	13.011	-	21.345
De outros emissores	82.057	-	(38.668)	-	43.389
Ações e outros títulos de rendimento variável	19.891	22.835	(22.057)	-	20.669
Total de reservas de reavaliação	(36.827)	22.835	413.157	-	399.165

Unidade: Euros

	Saldo em 2015	Movimento do período			Saldo em 2016
		Imparidade	Variação do Justo Valor	Amortização da Reserva de reavaliação	
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.186	247.401	(297.414)	-	(36.827)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(23.734)	-	(32.985)	-	(56.719)
De dívida pública	40.320	-	(187.430)	-	(147.110)
De outros emissores públicos	(21.148)	-	29.483	-	8.335
De outros emissores	(42.906)	-	124.962	-	82.057
Ações e outros títulos de rendimento variável	36.920	247.401	(264.430)	-	19.891
Total de reservas de reavaliação	13.186	247.401	(297.414)	-	(36.827)

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os movimentos ocorridos na reserva de impostos estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

Outras Reservas

Nesta rubrica, a Empresa tem registado a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as reservas decompunham-se como segue:

Unidade: Euros		
Reservas	2017	2016
Outras reservas		
Reserva Legal	359.850	289.462
Reservas Livres	-	-
Total	359.850	289.462

A descrição dos movimentos ocorridos nas reservas dentro do capital próprio encontra-se expressa na Demonstração de Variação de Capitais Próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras.

25.3. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica ascendia ao montante de 633.496 Euros, enquanto em 2016 não refletia qualquer valor. Por decisão dos acionistas, em 2016, foram distribuídos dividendos no montante de 2.720.239 Euros. Os movimentos ocorridos nos resultados transitados estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

Nota 26 – Transações com partes relacionadas

26.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Empresa

A empresa mãe do topo do Grupo é o Banco Santander Totta, S.A. sendo a empresa-mãe da Popular Seguros a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Os acionistas, com mais de 10% do Capital Social encontram-se discriminados no quadro abaixo:

Empresa	Percentagem 2017	Percentagem 2016
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100%	100%

26.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe, filiais e partes relacionadas

Os saldos e transações, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, entre as empresas do Grupo, associadas e partes relacionadas resumem-se como segue:

	Unidade: Euros			
	2017			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
Banco Santander Totta, S.A.				
Depósito à ordem	940.674	-	-	-
Juros DP e Títulos de Dívida	-	-	-	3.828
Renda Predial	-	-	42.662	-
Comissões de intermediação	-	-	587.692	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	74.254	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	5.641	-
Comissões - Outros serviços	-	-	10.801	-
Total	940.674	-	721.050	3.828
Eurovida - Companhia de Seguros, S.A.				
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	229.128	-
Total	-	-	229.128	-
Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.				
Total	-	-	-	-
Unidade: Euros				
2016				
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
Banco Popular Portugal, S.A.				
Depósito à ordem	678.500	-	-	-
Juros DP	-	-	-	109
Renda Predial	-	-	42.662	-
Comissões de intermediação	-	-	607.764	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	70.698	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	8.584	-
Comissões - Outros serviços	-	-	11.160	-
Total	678.500	-	740.869	109
Eurovida - Companhia de Seguros, S.A.				
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	230.125	-
Total	-	-	230.125	-
Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.				
Total	-	-	-	-

Nota 27 – Gestão de riscos

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à atividade e ao nível de complexidade da Empresa, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

Os objetivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Empresa se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e acionistas.

Para assegurar a mitigação ou controlo dos riscos, a Empresa tem definidas as funções de Atuariado, Compliance, Controlo Interno e Gestão de Riscos e conseqüentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

Atuariado

A função de atuariado tem como missão a otimização dos limites de retenção de riscos, através de planos de resseguro e a obtenção de reservas adequadas, ajudando a definir a forma de investimento dos recursos que dão cobertura a essas reservas.

A Função de Atuariado tem como responsabilidades:

- Coordenar o cálculo das responsabilidades;
- Desenvolvimento dos produtos e de seus respetivos preços e critérios de subscrição.
- Assegurar, através de estudos adequados, que os métodos e os pressupostos de cálculo utilizados na avaliação das responsabilidades são adequados;
- Avaliar a suficiência e a qualidade da informação utilizada;
- Informar a Administração da adequação do cálculo das responsabilidades;
- Expressar uma opinião sobre a gestão dos riscos específicos;
- Contribuir para uma efetiva implementação do sistema de gestão de riscos.

Compliance

O Compliance tem como principal objetivo promover uma cultura orientada para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares na empresa, com vista a minimizar o risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras ou de reputação.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Identificar as necessidades de compliance da empresa e implementar e manter um sistema que permita avaliar o risco de incumprimento;
- Garantir a ligação com as entidades de supervisão, no âmbito da receção e análise de requisitos de Compliance.
- Assegurar a elaboração, manutenção e divulgação do manual de Compliance.

Controlo interno

O principal objetivo do Sistema de Controlo Interno é o de promover uma cultura orientada para o Controlo Interno, identificando oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e da eficiência das práticas, conduzindo ao reconhecimento de valor por parte da empresa.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de controlo interno e assegurar a implementação de procedimentos eficazes e adequados, aplicáveis em toda a estrutura organizacional, em linha com as orientações definidas e enquadrados nas atividades diárias da Empresa de Seguros;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento das políticas e procedimentos de controlo, avaliar a adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado e possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir, aprovar e rever os requisitos de periodicidade e conteúdo do reporte interno relativo à eficácia e adequação do sistema de controlo interno implementado, por forma a possibilitar a avaliação do cumprimento dos objetivos definidos e a facilitar a melhoria do próprio sistema.

Gestão de riscos

A Gestão de Risco tem como principal objetivo garantir que é efetuada a identificação, a avaliação e a mitigação dos riscos a que a empresa de seguro se encontra exposta e assegurar a existência dos mecanismos necessários para a sua monitorização e controlo.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de aceitação e gestão dos riscos a que as empresas de seguros estão expostas, através da implementação de procedimentos eficazes e adequados;
- Desenvolver e implementar a metodologia de determinação do nível de capital adequado aos riscos e da sua afetação às áreas de negócio/risco;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de riscos e avaliar a sua eficácia e contínua adequação à atividade das empresas de seguros, no sentido de possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir e rever procedimentos de reporte, periódico e extraordinário, no sentido de ser disponibilizada, aos intervenientes e funções apropriadas, informação sobre a eficácia e adequação do sistema de gestão de risco.

Uma Empresa de Seguros está exposta a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. O risco financeiro chave, que uma Seguradora está exposta, corresponde à potencial incapacidade desta não cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

A Empresa considera fundamental a manutenção de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta.

A Empresa identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de Crédito:** Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam;
- **Risco de Mercado:** Deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos ativos e resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das ações, taxas de juro, taxas de

câmbio ou preços de *commodities* (ex: crude). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do ativo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre ativos e passivos;

- **Risco específico de Seguro:** As Empresas de Seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro;

- **Risco de Liquidez:** Risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas;

- **Risco Operacional:** Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio;

- **Risco de Reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral;

- **Risco Estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

27.1. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está, essencialmente, presente na carteira de investimentos. No entanto, as dívidas a receber resultantes de cobranças e resseguro também estão expostos a risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição máxima ao risco de crédito da Empresa apresenta a seguinte composição:

	Unidade: Euros	
Valor contabilístico líquido	2017	2016
Depósitos à ordem	944.581	920.887
Ativos disponíveis para venda	15.765.120	14.337.300
Outros devedores	505.978	585.301
Exposição máxima ao risco de crédito	17.215.679	15.843.488

A gestão do risco de crédito na Popular Seguros, associada à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios mensais de riscos financeiros.

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito, por tipo de carteira de seguros, permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela gestão da Empresa.

Risco de concentração por classe de ativos

A desagregação da carteira da Popular Seguros, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser vista como segue:

Investimentos	2017		2016		Unidade: Euros
		%		%	Var. % 17/16
Depósitos à ordem	944.581	6%	920.887	6%	3%
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Operações a liquidar	-	-	-	-	-
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-
Títulos de rendimento fixo	15.349.345	92%	13.988.024	92%	10%
Partes de capital em filiais e associadas	-	-	-	-	-
Acções	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	415.775	2%	349.276	2%	19%
Derivados detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros títulos	-	-	-	-	-
Total	16.709.701	100%	15.258.187	100%	10%

A carteira apresenta a maior exposição aos títulos de rendimento fixo com 92%, seguido do mercado monetário 6% e de fundos de investimento com 2%, distribuição semelhante à registada no ano anterior.

Risco de concentração por emitente

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (Standard & Poor's, Moody's Fitch e DBRS), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhamento dos outlook, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

Em relação à exposição ao risco de crédito dos títulos de rendimento fixo (92%), a carteira de investimentos da Empresa apresenta as seguintes exposições, em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Rating	Alocação por Rating	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2016 (alocação)	Peso da Carteira 2017
AAA	1,3%	1,3%	-4,7 p.p.	1,2%
AA	2,0%	3,3%	-6,3 p.p.	1,8%
A	11,3%	14,7%	-2,9 p.p.	10,3%
BBB	77,2%	91,9%	52,3 p.p.	70,5%
BB	0,6%	92,5%	-45,2 p.p.	0,5%
Outros*	7,5%	100,0%	6,8 p.p.	6,9%

* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

Rating	Alocação por Rating	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2015 (alocação)	Peso da Carteira 2016
AAA	6,1%	6,1%	-12,4 p.p.	5,6%
AA	8,3%	14,4%	-14,5 p.p.	7,6%
A	14,2%	28,6%	-2,8 p.p.	13,0%
BBB	24,9%	53,5%	-11,1 p.p.	22,7%
BB	45,8%	99,2%	40,8 p.p.	41,8%
Outros*	0,8%	100,0%	0,1 p.p.	0,7%

* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

No ano de 2017, o rating BBB aumentou o seu peso na carteira, devido à melhoria de rating de dívida pública Portuguesa. A carteira de rendimento fixo é maioritariamente de nível *investment grade*.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de investimentos da Empresa apresenta a seguinte composição em termos de maturidade (anos):

Unidade: Euros

Rating / Maturidade						2017	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
Activos disponíveis para venda							
AAA	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	206.368
AA	0,0%	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	1,8%	306.089
A	0,6%	4,3%	4,8%	0,6%	0,0%	10,3%	1.739.982
BBB	2,4%	8,9%	32,5%	26,7%	0,0%	70,5%	11.849.799
< =BB	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	91.333
Unrated (NR)	0,6%	4,4%	1,8%	0,0%	0,0%	6,9%	1.155.774
Total (em %)	4,2%	18,8%	40,9%	27,3%	0,0%	91,3%	
Total (em valor)							15.349.345

* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

Unidade: Euros

Rating / Maturidade						2016	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
Activos disponíveis para venda							
AAA	3,9%	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%	5,6%	850.757
AA	0,7%	4,2%	2,0%	0,7%	0,0%	7,6%	1.160.746
A	0,7%	4,1%	2,1%	6,1%	0,0%	13,0%	1.989.954
BBB	10,5%	2,7%	1,3%	8,1%	0,0%	22,7%	3.479.620
< =BB	4,4%	12,3%	10,1%	15,0%	0,0%	41,8%	6.400.126
Unrated (NR)	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	106.820
Total (em %)	21,0%	23,4%	15,6%	31,5%	0,0%	91,4%	
Total (em valor)							13.988.024

* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

Risco de concentração por risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição por Zona Geográfica os títulos de rendimento fixo da carteira de investimentos da Empresa apresentam as seguintes exposições, em relação à carteira total, a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Zona Geográfica	Peso em Carteira 2017	Peso em Carteira 2016	Variação
Portugal	52,0%	50,5%	1,5 p.p.
Espanha	29,0%	19,0%	10,0 p.p.
Irlanda	3,6%	5,4%	-1,8 p.p.
Alemanha	2,4%	6,0%	-3,6 p.p.
Reino Unido	2,4%	0,7%	1,7 p.p.
Itália	1,9%	3,4%	-1,5 p.p.
França	1,8%	1,3%	0,5 p.p.
Países Baixos	1,3%	2,1%	-0,8 p.p.
Estados Unidos da América	1,2%	3,4%	-2,2 p.p.
Austrália	1,2%	0,7%	0,5 p.p.
Polónia	0,6%	0,7%	-0,1 p.p.
União Europeia*	0,0%	1,6%	-1,6 p.p.
Suécia	0,0%	1,6%	-1,6 p.p.
República Checa	0,0%	0,7%	-0,7 p.p.
Canadá	0,0%	0,7%	-0,7 p.p.
Bélgica	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Suíça	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Finlândia	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Brasil	0,0%	0,0%	0,0 p.p.

* União Europeia é equivalente a Supra Nacional

Durante o ano de 2017, existe uma exposição maioritariamente a Portugal e Espanha com um reforço da exposição a Espanha (10 p.p.) e redução mais significativa a Alemanha (-3,6 p.p.).

Risco de concentração por setor

A carteira apresenta uma maior exposição ao setor governamental (67,8%), reforçando a exposição durante o ano de 2017 (2,9 p.p.). O setor financeiro mantém-se o segundo setor mais representativo da carteira (14%), com uma ligeira redução face a 2016 (-0,3 p.p.):

Setor	Peso em Carteira 2017	Peso em Carteira 2016	Variação
GOVERNMENT	67,8%	64,9%	2,9 p.p.
FINANCIAL	14,0%	14,3%	-0,3 p.p.
CONSUMER, NON-CYCLICAL	4,1%	2,7%	1,4 p.p.
INDUSTRIAL	2,0%	2,3%	-0,2 p.p.
UTILITIES	1,6%	4,6%	-3,0 p.p.
COMMUNICATIONS	1,2%	0,7%	0,6 p.p.
ENERGY	0,6%	0,0%	0,6 p.p.
BASIC MATERIALS	0,0%	1,4%	-1,4 p.p.
TECHNOLOGY	0,0%	0,7%	-0,7 p.p.
CONSUMER, CYCLICAL	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Total	91,3%	91,4%	

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de rendimento fixo temos a seguinte decomposição em 2017:

Subordinação	Valor Investimento	Financeiras (%)	Unidade: Euros
			Popular Seguros (%)
Senior	2.354.268	100,0%	14,0%
Others	-	-	-
Total	2.354.268	100,0%	14,0%

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de rendimento fixo temos a seguinte decomposição em 2016:

Subordinação	Valor Investimento	Financeiras (%)	Unidade: Euros
			Popular Seguros (%)
Senior	2.191.984	100,0%	19,3%
Others	-	-	-
Total	2.191.984	100,0%	19,3%

Política de utilização de derivados

A utilização de produtos derivados como forma de mitigação dos riscos associados, encontra-se de acordo com o legalmente estabelecido pela entidade de supervisão, bem como, explicitada em normativo interno. Em linhas gerais, este normativo estabelece os tipos de operações e contratos permitidos, os mercados autorizados e o processo de aprovação das referidas operações. Os derivados a serem adquiridos, de acordo com o normativo interno, têm como objetivo apenas a realização de operações de cobertura de risco, de forma a permitir uma gestão eficaz da carteira. Mensalmente monitoriza-se o risco de crédito da emissão, do emitente e o risco de crédito da contraparte.

A 31 de dezembro de 2017 a Popular Seguros não tem produtos derivados em carteira.

27.2. Risco de mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

Mensalmente são feitos testes de sensibilidade/variação às taxas de juro e aos preços de fundos de investimento e quantificação do seu impacto na valorização dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa.

Quanto à variação das taxas de juro o seu impacto é o referido no ponto Risco de Taxa de Juro. Quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, é feita a análise de sensibilidade mensal e os seus efeitos são os seguintes a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Variação	Variação Estimada 2017		Variação Estimada 2016	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
Componente FII				
-10,0%	-0,2%	-26.469	-0,2%	-28.568
-20,0%	-0,3%	-52.937	-0,4%	-57.137
Componente FIM/ Ações				
-10,0%	-0,1%	-15.109	0,0%	-6.359
-20,0%	-0,2%	-30.218	-0,1%	-12.719

Em caso de uma eventual queda do mercado imobiliário em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento imobiliário poderá desvalorizar em 26.469 Euros em 2017 (-28.568 Euros em 2016).

No caso de uma eventual queda do mercado em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento mobiliário poderá desvalorizar até 15.109 Euros (-6.359 Euros em 2016).

Risco de Taxa de Juro

As operações da Empresa encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes.

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a *modified duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos são os seguintes:

Unidade: Euros

Variação taxa juro (Em ponto base)	Variação Estimada 2017		Variação Estimada 2016	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
300	-14,5%	-2.429.845	-12,8%	-1.964.495
200	-9,6%	-1.619.897	-8,6%	-1.309.663
100	-4,8%	-809.948	-4,3%	-654.832
-100	4,8%	809.948	4,3%	654.832
-200	9,6%	1.619.897	8,6%	1.309.663
-300	14,5%	2.429.845	12,8%	1.964.495

Mensalmente são monitorizadas as variações ao preço e ao valor da carteira de obrigações, em caso de variações de taxa de juro, num intervalo de valores situados entre [-3%, 3%].

27.3. Riscos específicos de seguros

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

Risco de Desenho dos Produtos

Risco da Empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

Risco de Prémios

Relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

Risco de Subscrição

Risco de exposição a perdas financeiras e/ou técnicas relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.

Risco de Provisionamento

Risco das provisões para sinistros constituídos se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

Risco de Sinistralidade

Risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

Risco de Retenção

Risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Risco Catastrófico

Resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

De referir que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Políticas Internas adequadas às necessidades e complexidade do negócio;
- Reconciliações e conferências contabilísticas;
- Monitorização de níveis de serviço.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado. Há também uma política de gestão de sinistros, baseada na análise dos elementos indispensáveis de avaliação dos sinistros que estão definidos contratualmente.

A Popular Seguros, em termos de resseguro, pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro, em 2017, é constituído por tratados proporcionais – Quota-parte e Excedente e por tratados não proporcionais – Excedente de Sinistro e Cobertura Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro 2017
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de Trabalho ⁽¹⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais ⁽²⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Saúde / Doença ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Incêndio e Outros Danos (Catástrofes)	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel ⁽¹⁾	Quota Parte
Responsabilidade civil geral	Quota Parte

(1) Correspondente a coberturas de assistência

(2) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

Ramo	Tipo de Resseguro 2016
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de Trabalho ⁽¹⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais ⁽²⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Saúde / Doença ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Incêndio e Outros Danos (Catástrofes)	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel ⁽¹⁾	Quota Parte
Responsabilidade civil geral	Quota Parte

(1) Correspondente a coberturas de assistência

(2) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

O quadro da exposição da Popular Seguros em termos resseguro, para a ano de 2017 e 2016, resume-se como segue:

Resseguradora	Ramo	Tipo de Resseguro 2017	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*)
ARAG SE - Sucursal em Portugal	Multirriscos Habitação (Produto Condomínio)	Proporcional	100%	NR
Europ Assistance- Comp ^a Seguros de Portugal (Grupo Generali)	Acidentes de Trabalho Acidentes Pessoais	Proporcional	100%	BBB+
	Multirriscos Habitação Automóvel Multirriscos Comércio			
Genworth Financial Assurance Company Ltd, Ireland (Genworth Financial) - AXA Partners (adquiriu Genworth)	Proteção Pagamentos	Proporcional	100%	A
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft/MUNICH REINSURANCE CO.	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Proporcional	50%	AA-
	Responsabilidade Civil	Proporcional	40%	
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Não Proporcional	50%	
	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	
	Acidentes de Trabalho	Não Proporcional	50%	
	Automóvel	Não Proporcional	50%	
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Proporcional	25%	
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Não Proporcional	20%	
	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	
	Acidentes de Trabalho	Não Proporcional	50%	
Nacional de Reaseguros S.A. (Spain)	Automóvel	Não Proporcional	50%	A-
	Responsabilidade Civil	Proporcional	60%	
	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	
	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Proporcional	15%	
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Não Proporcional	20%	
Scor Global P&C Ibérica Sucursal em Madrid	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	AA-
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Proporcional	10%	
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Não Proporcional	10%	
R+V Versicherung AG	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	AA-
	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	
Chubb	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
QBE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A-
RGA International Reinsurance Company Limited	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
Liberty Syndicates	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	NR
Hannover RE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	

(*) 2ª melhor notação de rating atribuída pelas Agências S&P, Moody's, Fitch e DBRS.
Na ausência de qualquer notação de rating para o ressegurador, utiliza-se a notação de rating do Grupo a que pertence, seguindo a metodologia descrita.

Resseguradora	Ramo	Tipo de Resseguro 2016	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*)
ARAG SE - Sucursal em Portugal	Multirriscos Habitação (Produto Condomínio)	Proporcional	100%	NR
Europ Assistance- Compª Seguros de Portugal (Grupo Generali)	Acidentes de Trabalho	Proporcional	100%	A-
	Acidentes Pessoais			
Genworth Financial Assurance Company Ltd, Ireland (Genworth Financial)	Multirriscos Habitação Automóvel	Proporcional	100%	A-
	Multirriscos Comércio			
	Proteção Pagamentos			
	Incêndio			
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft/MUNICH REINSURANCE CO.	Multirriscos Habitação	Proporcional	50%	AA-
	Multirriscos Comércio			
	Responsabilidade Civil	Proporcional	40%	
	Incêndio			
	Multirriscos Habitação	Não Proporcional	50%	
	Multirriscos Comércio			
Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%		
Acidentes de Trabalho				
Nacional de Reaseguros S.A. (Spain)	Automóvel	Proporcional	25%	A-
	Incêndio			
	Multirriscos Habitação	Não Proporcional	20%	
	Multirriscos Comércio			
	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	
	Acidentes de Trabalho			
	Automóvel	Não Proporcional	50%	
	Responsabilidade Civil			
	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	
	Incêndio			
Scor Global P&C Ibérica Sucursal em Madrid	Multirriscos Habitação	Proporcional	15%	AA-
	Multirriscos Comércio			
	Incêndio	Não Proporcional	20%	
	Multirriscos Habitação			
Multirriscos Comércio	Facultativo Proporcional	-		
Multirriscos Habitação				
R+V Versicherung AG	Incêndio	Proporcional	10%	AA-
	Multirriscos Habitação			
	Multirriscos Comércio	Não Proporcional	10%	
	Multirriscos Habitação			
Incêndio	Facultativo Proporcional	-		
Multirriscos Comércio				
Mapfre Re, Compania de Reaseguros S.A.	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	A
Chubb	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A
QBE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A-
RG&I International Reinsurance Company Limited	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
Hannover RE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	A+
AXIS Speciality Europe	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA
ACE European Group Ltd	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA
SECURA RE (Member of QBE Insurance Group)	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A-

(*) 2ª melhor notação de rating atribuída pelas Agências S&P, Moody's, Fitch e DBRS.

Na ausência de qualquer notação de rating para o ressegurador, utiliza-se a notação de rating do Grupo a que pertence, seguindo a metodologia descrita.

No quadro abaixo, está o indicador com informação sobre o peso dos prémios de resseguro cedido no conjunto dos prémios brutos emitidos de seguro direto, para os anos de 2017 e 2016:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Prémios brutos emitidos de Seguro Direto	10.756.668	10.012.318
Prémios de Resseguro Cedido	3.802.380	3.729.246
Taxa de Cedência de prémios	35,3%	37,2%

A análise de sensibilidade dos riscos de seguros, tendo em atenção as principais condicionantes, é como segue, a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Unidade: Euros	
	Impacto nos Resultados antes de Impostos	
	2017	2016
Custos com sinistros		
Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(270.413)	(230.178)
Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(540.826)	(460.356)
Despesas		
Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(154.504)	(94.908)
Aumento de 15% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(231.756)	(142.362)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas, seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de risco, inflação ou menor eficiência interna.

27.4. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

A Empresa, durante o ano de 2017, continuou a monitorizar de forma regular os critérios de liquidez implementados nos anos anteriores para os seus títulos de dívida classificados em Empréstimos e contas a receber.

27.5. Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Empresa.

Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance. Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Empresa assenta no modelo das três linhas de defesa: a um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direções e Gabinetes que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respetivos controlos; um segundo nível, representado pelas áreas de Controlo de Gestão, Gestão de Risco e Atuariado e Compliance, Legal e Controlo Interno, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de Gestão de Risco, Controlo Interno e Compliance; e um terceiro nível, representado pela área de Auditoria Interna que detém uma função de auditoria interna independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

Adicionalmente, a Empresa apresenta uma política formal de gestão de reclamações existindo um relatório trimestral de reclamações no âmbito da gestão da carteira. Existe igualmente um plano formal de continuidade de negócio e um plano de Disaster Recovery.

Nota 28 – Solvência

A Popular Seguros com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2016, do regime de Solvência II tem assegurado o cumprimento dos requisitos do novo regime, tanto a nível quantitativo, antecipando um rácio de solvência acima do nível exigido, como a nível qualitativo, implementando um conjunto de políticas que garantem o cumprimento das exigências de Solvência II.

Neste novo regime destacam-se a avaliação de ativos e passivos baseados em princípios económicos, uma melhor aferição dos riscos assumidos pelas seguradoras tendo sempre como princípio a proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

A avaliação tendo por base os princípios económicos irá traduzir-se numa maior volatilidade dos requisitos de capital.

Durante o ano de 2017, a Empresa apresentou sempre rácios de solvabilidade acima da média de mercado e a divulgação do rácio de solvência II a 31 de dezembro de 2017 será efetuada no Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira.

O objetivo da Popular Seguros é o de encontrar-se bem capitalizada, mesmo depois de movimentos adversos extremos, garantindo assim todos os compromissos com os seus segurados e acionistas.

Nota 29 – Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017 o total de garantias bancárias prestadas era de 598.557 Euros (2016: 598.557 Euros). Aquele montante refere-se a um única garantia que foi necessário prestar ao Gabinete Português de Carta Verde, com a finalidade de garantir as responsabilidades decorrentes da qualidade de Associada, nomeadamente, no que respeita ao artigo 26.º A. Ponto 1.

Nota 30 – Norma Internacional de Relato Financeiro 9 – Instrumentos Financeiros (“IFRS 9”)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 que vem substituir a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a qual foi endossada pela União Europeia no passado dia 3 de novembro de 2017. A IFRS 9 introduz novos requisitos relativos à:

- (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros;
- (ii) mensuração e reconhecimento de imparidade de crédito sobre ativos financeiros através de um modelo de perdas esperadas, e,
- (iii) contabilidade de cobertura.

A Popular Seguros adotou a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018, a qual é de aplicação obrigatória nos exercícios com início em ou após de 1 de janeiro de 2018, existindo, contudo, uma exceção temporal, prevista na emenda à IFRS 4 “Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4”, a qual permite que uma seguradora que cumpra determinados critérios especificados mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021. As novas regras introduzidas pela IFRS 9 são de aplicação retrospectiva a partir de 1 de janeiro de 2018, no entanto, os respetivos saldos comparativos, não serão reexpressos.

Os impactos nas demonstrações financeiras da Empresa decorrentes da adoção desta nova norma foram estimados por referência a 1 de janeiro de 2018, tendo por base a informação disponível à data e a assunção de um conjunto de pressupostos. Com base nestas estimativas, é expectável que a adoção da IFRS 9 não tenha impacto na situação líquida da Empresa. As alterações implicaram uma reclassificação dos montantes reconhecidos na rubrica de reservas de reavaliação e na rubrica de resultados transitados, conforme resumo apresentado na tabela abaixo:

Unidade: Euros

Descrição	Impacto estimado da adoção da IFRS9			
	Saldo reportado a 31-12-2017	Imparidade de ativos financeiros	Reclassificação de instrumentos de capital	Saldo reportado a 01-01-2018
Capital	7.500.000	-	-	7.500.000
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	399.165	4.626	(20.670)	383.122
Reservas por impostos diferidos	(89.812)	-	-	(89.812)
Outras reservas	359.850	-	-	359.850
Resultados transitados	633.496	(4.626)	20.670	649.539
Resultado líquido do exercício	637.552	-	-	637.552
Total	9.440.251	-	-	9.440.251

O tratamento fiscal dos impactos que venham a resultar da adoção da IFRS 9 está dependente da legislação fiscal que venha a ser aprovada durante o ano de 2018.

Durante o exercício de 2018 a Empresa continuará a calibrar os modelos que desenvolveu para dar cumprimento aos novos requisitos da IFRS 9 e acompanhará eventuais orientações dos reguladores nacionais e internacionais a respeito da aplicação da referida norma.

Classificação e mensuração – Ativos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:

- (1) O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- (2) O tipo de instrumentos financeiros, isto é, (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- (3) As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de capitais próprios (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“FVPL”).

A Empresa avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores que considerou mais adequados. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pela Empresa.

De acordo com a análise efetuada por referência a 1 de janeiro de 2018, da aplicação combinada dos testes às características contratuais dos fluxos dos ativos financeiros e ao modelo de negócio da Empresa, as diferenças mais significativas apuradas relativamente à classificação dos ativos financeiros comparativamente com a classificação em IAS 39 dizem respeito à alteração dos modelos de negócio e consequente reclassificação dos instrumentos de capital para o justo valor através de resultados que estavam, de acordo com a IAS 39, classificados em “Ativos disponíveis para venda” a afetar a “Reserva de reavaliação regulamentar”.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade

baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de capital próprio, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Esta alteração conceptual é introduzida em conjunto com novos critérios de classificação e mensuração das perdas esperadas de imparidade de crédito, sendo requerido que os ativos financeiros sujeitos a imparidade sejam classificados por diferentes stages consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- Stage 1: os ativos financeiros são classificados em stage 1 sempre que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecido em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;
- Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("lifetime"). No entanto, o juro continuará a ser calculado sobre o montante bruto do ativo;
- Stage 3: os ativos classificados neste stage apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos financeiros. O juro é calculado sobre o valor líquido de balanço dos ativos.

A Popular Seguros de acordo com o modelo de imparidade acima referido, classificou todos os ativos financeiros mensurados ao Fair Value Reported in Other Comprehensive Income, no Stage 1, tendo apurado uma perda de imparidade estimada à data de 1 de janeiro de 2018, no montante de 4.626 euros.

Principais drivers no cálculo das perdas esperadas

A mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de default (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda dado o default (LGD) e (iii) a exposição na data do default (EAD), descontado à taxa de juro efetiva do contrato até à data de reporte.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos stages 1 e 2 é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros em stage 1 serão calculadas com recurso a uma PD a 12 meses enquanto que as perdas esperadas em stage 2 utilizam uma PD-lifetime. O cálculo da perda esperada para os ativos financeiros em stage 3 foi alavancado nos processos já existentes para a estimativa de imparidade desenvolvidos para dar cumprimento ao IAS 39, atualizados por forma a refletir os novos requisitos da IFRS 9, nomeadamente o de considerar informação point in time e forward looking.

Nota 31 – Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do resente relatório, a Administradora Carla Gouveia renunciou às funções que desempenhava no Conselho de Administração, com produção de efeitos no dia 31 de janeiro de 2018.

OUTROS ANEXOS
2017

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
Unidade: Euros							
1. Filiais, Associadas, Empreendimentos Conjuntos e Outras Empresas Participadas e Participantes							
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
Santan Consumer Finance 0,875 % 24-01-2022		200.000	101,38%		200.932	102,19%	204.385
Santander Consumer Bank 0,75 17-10-2022		100.000	100,09%		99.674	100,24%	100.240
		Sub-Total			300.606		304.625
		Total			300.606		304.625
2. Outros							
2.1. Títulos Nacionais							
2.1.1. Instrumentos de Capital e Unidades de Participação							
2.1.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimentos							
Maxirent Fundo De Investimento	16.740			9,58	160.369	10,13	169.623
Vision Escritorios Fundo	22.580			3,32	74.950	3,78	85.276
		Sub-Total			235.319		254.899
2.1.2. Títulos de dívida							
2.1.2.1. De Dívida Pública							
Obrigacoes Do Tesouro 2,875 15-10-2025		2.790.000	109,94%		2.927.281	110,55%	3.084.331
Obrigacoes Do Tesouro 4,125 14-04-2027		750.000	118,35%		806.041	122,27%	917.029
Obrigacoes Do Tesouro 4,95 25-10-2023		500.000	123,12%		617.375	124,03%	620.133
Obrigacoes Do Tesouro 5,65 15-02-2024		950.000	127,06%		1.153.136	132,00%	1.253.990
Obrigacoes Do Tesouro Tx Var 05-12-2022		355.000	102,91%		355.010	102,99%	365.613
Regiao Autonoma Madeira Tx Var 09-06-2022		200.000	102,48%		199.863	102,57%	205.137
		Sub-Total			6.058.706		6.446.233
2.1.2.2. De Outros Emissores Públicos							
Parpublica 3,567 22-09-2020		84.000	107,75%		90.098	108,73%	91.333
Saudacor Sa Tx Var 20-06-2022		170.000	103,26%		170.057	103,37%	175.731
		Sub-Total			260.156		267.064
2.1.2.3. De Outros Emissores							
BCP 0,75 31-05-2022		200.000	101,18%		198.925	101,62%	203.239
Caixa Geral De Depositos 1 27-01-2022		200.000	101,93%		203.163	102,85%	205.704
Galp Energia Sgpps Sa 1 15-02-2023		100.000	99,24%		99.713	99,36%	99.362
Galp Gas Natural Distrib 1,375 19-09-2023		100.000	102,71%		99.454	103,10%	103.102
Jose De Mello Saude 4 28-09-2023		200.000	100,25%		200.119	101,29%	202.589
		Sub-Total			801.374		813.996
		Total			7.355.554		7.782.192

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Unidade: Euros							
2.2. Títulos Estrangeiros							
2.2.1. Instrumentos de Capital e Unidades de Participação							
2.2.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimento							
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	81.553			,12	9.786	,12	9.786
M&G Dynamic Allocation Fund	4.521			16,59	75.000	16,63	75.207
UBS Lux Strategy Fund - Growth Eur.	4.015			18,68	75.000	18,90	75.883
Sub-Total	90.089				159.786		160.876
2.2.2. Títulos de Dívida							
2.2.2.1. De Dívida Pública							
Bonos Y Oblig Del Estado 0,45 31-10-2022		500.000	100,26%		499.853	100,33%	501.671
Bonos Y Oblig Del Estado 2,15 31-10-2025		300.000	107,55%		326.121	107,90%	323.713
Bonos Y Oblig Del Estado 3,8 30-04-2024		500.000	118,95%		589.781	121,50%	607.483
Bonos Y Oblig Del Estado 4,4 31-10-2023		500.000	121,64%		600.374	122,37%	611.867
Bonos Y Oblig Del Estado 5,4 31-01-2023		1.000.000	124,91%		1.249.311	129,85%	1.298.484
Buoni Poliennali Del Tes 2,5 01-12-2024		300.000	107,06%		331.525	107,27%	321.808
Irish Tsy 3.4% 2024 3,4 18-03-2024		500.000	119,39%		585.985	122,07%	610.354
Sub-Total		3.600.000			4.182.949		4.275.380
2.2.2.2. De Outros Emissores Públicos							
Adif Alta Velocidad 3,5 27-05-2024		200.000	115,36%		225.268	117,45%	234.893
Community of Madrid Spain 0,747 30-04-2022		200.000	101,95%		200.051	102,48%	204.958
Dexia Credit Local 0,625 03-02-2024		300.000	101,46%		298.491	102,03%	306.089
ICO 0,25% 30-04-2022		200.000	99,85%		199.803	99,92%	199.840
Institut Credito Oficial 0,1 30-07-2021		175.000	99,88%		174.916	99,93%	174.879
Sub-Total		1.075.000			1.098.529		1.120.659
2.2.2.3. De Outros Emissores							
Acciona S.A. 4,625 22-07-2019		100.000	105,29%		99.930	107,34%	107.343
Achmea Hypotheekbank Nv 2,75 18-02-2021		100.000	107,54%		106.126	109,92%	109.922
Bankinter Sa 1 05-02-2025		100.000	101,62%		100.415	102,52%	102.523
Caixabank Sa 1,125 17-05-2024		200.000	100,31%		199.627	101,01%	202.021
Dvb Bank Se 1,25 22-04-2020		100.000	101,01%		99.843	101,88%	101.876
Imperial Brands Fin Plc 0,5 27-07-2021		100.000	100,55%		99.532	100,76%	100.760
London Stock Exchange 0,875 19-09-2024		200.000	99,39%		199.259	99,64%	199.280
Mylan Nv 1,25 23-11-2020		200.000	102,33%		202.795	102,46%	204.912
National Australia Bank 0,875 16-11-2022		200.000	103,08%		205.730	103,18%	206.368
Nn Group Nv 1 18-03-2022		100.000	102,58%		99.861	103,37%	103.371
Pko Fin Ab (Pko Bank Pl) 2,324 23-01-2019		100.000	102,40%		100.009	104,57%	104.575
Ren Finance Bv 2,5 12-02-2025		150.000	108,94%		157.564	111,15%	166.718
Telefonica Emisiones Sau 1,477 14-09-2021		100.000	104,46%		102.841	104,90%	104.899
Vodafone Group Plc 0,875 17-11-2020		100.000	102,04%		99.761	102,15%	102.145
Volkswagen Intl Fin Nv 1,125 02-10-2023		200.000	102,06%		198.534	102,34%	204.673
Sub-Total		2.050.000			2.071.828		2.121.388
Sub-Total		6.725.000			7.353.307		7.517.426
Sub-Total	90.089	6.725.000			7.513.093		7.678.303
Total	129.409	13.324.000			14.868.647		15.460.495
3. Total Geral							
	129.409	13.624.000			15.169.254		15.765.120

* Inclui o valor dos juros decorridos

Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	-	-	-	-
Não Vida	3.162.619	1.952.187	1.015.860	(194.572)
Acidentes e Doença	961.924	511.294	680.152	229.521
Incêndio e Outros Danos	807.655	425.616	76.589	(305.450)
Automóvel	1.388.227	1.014.279	259.119	(114.829)
Responsabilidade Civil	978.454	792.785	187.471	1.803
Outras coberturas	409.773	221.494	71.648	(116.632)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	4.813	999	-	(3.814)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	3.162.619	1.952.187	1.015.860	(194.572)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Anexo 3 – Discriminação dos Custos com Sinistros

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	900.436	24.856	624.426	1.549.719
Incêndio e Outros Danos	1.802.839	97.632	(104.353)	1.796.119
Automóvel	3.195.665	43.442	(195.648)	3.043.459
Responsabilidade Civil	2.017.517	43.442	(67.629)	1.993.330
Outras coberturas	1.178.148	-	(128.019)	1.050.128
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	4.019	2.015	(1.183)	4.852
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	5.902.959	167.946	323.243	6.394.148
Resseguro Aceite				
	-	-	-	-
Total Geral	5.902.959	167.946	323.243	6.394.148

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por Ramos

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	2.480.948	2.728.066	1.549.719	618.235	(582.950)
Incêndio e Outros Danos	4.229.618	4.272.744	1.796.119	860.486	(1.377.645)
Automóvel	3.533.643	3.511.043	3.043.459	522.598	(499.629)
Responsabilidade Civil	2.070.038	2.043.435	1.993.330	351.846	(12.329)
Outras coberturas	1.463.604	1.467.608	1.050.128	170.753	(487.300)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	101.387	106.770	4.852	46.879	(37.135)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	15.789	15.680	-	1.503	-
Assistência	395.283	388.761	-	36.861	-
Diversos	-	-	-	-	-
Total	10.756.668	11.023.064	6.394.148	2.086.562	(2.497.359)
Resseguro Aceite					
Total Geral	10.756.668	11.023.064	6.394.148	2.086.562	(2.497.359)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
2017

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “Popular Seguros” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 18.779.834 euros e um total de capital próprio de 9.440.251 euros, incluindo um resultado líquido de 637.552 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração de rendimento integral, a demonstração de alterações de capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, sendo uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Provisão para sinistros de seguro direto

Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de seguro direto apresentadas nas notas anexas 2 l), 3.1 e 20 das demonstrações financeiras.

A provisão para sinistros de seguro direto apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 3.485.862 euros em 31 de dezembro de 2017, representando 37% do total do passivo da Companhia a essa data. Da referida provisão, 1.586.351 euros respeita aos ramos de acidentes e doença, 1.192.579 euros respeita ao ramo automóvel e 706.932 euros respeita aos restantes ramos de negócio.

As responsabilidades futuras da Companhia para regularização de processos de sinistro, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Companhia e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.

A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros e, nessa medida, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto reconhecida pela Companhia não ser suficiente para fazer face a todas as responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.

Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas à provisão para sinistros;
- Verificação da efetividade dos controlos implementados pela Companhia; e
- Realização de procedimentos substantivos.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de seguro direto constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Certificação Legal de Contas

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



Certificação Legal de Contas

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras

Certificação Legal de Contas

auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Popular Seguros pela primeira vez em escritura de constituição da Companhia realizada em 30 de agosto de 2006 para um mandato compreendido entre 2006 e 2009, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 21 de março de 2013 para o mandato compreendido entre 2013 e 2016.

Por solicitação da Companhia, o Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deliberou conceder em 25 de janeiro de 2018 a prorrogação do período máximo do nosso exercício de funções enquanto Sociedade de Revisores Oficiais de Contas por um período adicional máximo de dezoito meses contado a partir de 31 de dezembro de 2016.

- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

28 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Fernando Manuel Miguel Henriques, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhor Acionista,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A.** relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Companhia. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Companhia e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a Demonstração da posição financeira, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração de rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Companhia, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Companhia evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Companhia com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

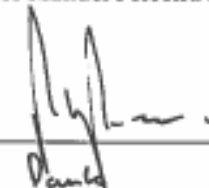
28 de Março de 2018



António Manuel Mendes Barreira (Presidente)



Vitor Manuel Ferreira Lácio da Silva (Vogal)



Vitor Manuel Paranhos Pereira (Vogal)



Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 - 1099-090 LISBOA
Tel. 213 808 330 Fax 213 808 331
e-mail: geral@popularseguros.pt
site: www.popularseguros.pt